

# nº ZERO

JORNAL LABORATÓRIO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ - número 37 - 2019/2



Que  
trabalho  
que dá

## Trabalharam nesta edição:

Ana Luiza Oliveira

Beatriz Lopes

Bruna Vilar

Caio Ramos

Carolina Desoti Fernandes

Eduarda Delorme

Gabriela Carneiro

Hugo Daflon

João Felipe Carvalho

José Augusto Bastos

Júlia Kronemberger

Kevin Fernandes

Letícia Santiago

Maria Luiza Lyra

Mariana Castro

Mariana Martins

Mateus Wagner

Raiane Cardoso

Roanna Azevedo

Thiago Guimarães

## EXPEDIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**Reitora**  
Denise Pires de Carvalho

**ECO**

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**Direção**  
Suzy dos Santos  
**Vice-direção**  
Marta Pinheiro

**Coordenação do Curso de Jornalismo**  
Fernando Ewerton

**Coordenação Executiva do Núcleo de Imprensa**  
Maria Cecília Castro  
**Equipe**  
Mercia Roseli

**n°ZERO**

número 37 - 2019.2

 Informativo produzido pelos alunos  
da Escola de Comunicação da UFRJ  
na disciplina de Jornal Laboratório

**Coordenação Acadêmica**  
Cristiane Costa

**Coordenação Gráfica, design e capa**  
Maria Cecília Castro

 Este número foi produzido com  
matérias elaboradas pelos alunos  
da disciplina Jornal Laboratório.
Edição disponibilizada gratuitamente em [www.eco.ufrj.br](http://www.eco.ufrj.br)

# A brincadeira que virou verdade

## Garoto de 19 anos descobriu que é possível ser profissional de games

**Mariana Castro**

Há quem ainda pense que os jogos eletrônicos são apenas uma brincadeira, ou até mesmo perda de tempo, e não conseguem entender aqueles que viram noites se aventurando no mundo virtual. A verdade é que, nos últimos anos, os games viraram a profissão de milhares de pessoas ao redor do mundo, além de movimentar um mercado que rende 134 bilhões de dólares.

Segundo uma pesquisa feita pelo instituto NewZoo, o Brasil é o segundo país da América Latina que mais consome games, perdendo apenas para o México. Ainda assim, estima-se que a receita de games no país deva chegar a R\$ 6 bilhões até o fim deste ano, sendo os jogos mobile (para tablets e smartphones), os mais lucrativos. O instituto também fez uma projeção e acredita-se que, até 2022, o mercado dos games chegue à receita de US\$ 196 bilhões no mundo.

“Comecei a jogar LoL no final de 2011, ainda no servidor norte americano e depois mudei para o brasileiro”, disse Leonardo “Erasus” Faria, jogador profissional e *streamer* do jogo. O capixaba de 19 anos surpreendeu por ter chegado ao Desafiante, maior elo possível dentro do LoL, com apenas 12 anos. Aos 16 já havia ingressado na CNB, uma das maiores organizações do cenário.

Lançado em outubro de 2009, o *League of Legends*, popularmente conhecido como LoL, chegou ao Brasil em 2011 e rapidamente se tornou uma febre entre os brasileiros. No jogo, os usuários assumem o papel de “invocadores” e precisam escolher um dentre os mais de 140 campeões disponíveis para jogar e formar ti-



Leonardo Faria, mais conhecido como Erasus, fez parte da tradicional equipe CNB E-sports Club

mes de cinco, jogando contra outros jogadores ou contra bots.

Ainda no começo, eram organizados pequenos torneios pelos próprios jogadores, mas foi em 2011 que a própria Riot, desenvolvedora do jogo, realizou o primeiro campeonato mundial, contando com a presença de equipes da América do Norte, Europa e China. No Brasil, semestralmente, acontece o CBLOL e também o Circuito Desafiante, campeonato da segunda divisão, em que o vencedor garante uma vaga no CBLOL. No segundo semestre de 2018, Erasus jogou no Circuito pela Operation Kino. “A sensação de estar no estúdio é muito boa. Apesar de alguns problemas pessoais que tive, foi minha primeira aparição oficial e me marcou. Tenho vontade de voltar”, afirma.

A qualidade dos jogadores brasileiros, porém, não é refletida nos campeonatos interna-

“Eu fazia mais de 12h de stream. Já cheguei a fazer 34h, até dormia em live. Isso prejudicou minha saúde, então resolvi dar um tempo para me cuidar”

cionais. O Brasil é considerada uma das regiões mais fracas e o país é sempre eliminado nas fases de entrada dos eventos. Até o momento, a melhor campanha foi da PaiN Gaming, no Mundial de 2015, quando a equipe foi eliminada com duas vitórias. Segundo Erasus, “jogar apenas entre brasileiros

atrapalha muito, já que ficamos limitados”.

No Brasil, os salários dos jogadores de *League of Legends* variam entre R\$3 mil e R\$20 mil, de acordo com Lucas Simon, um dos sócios da INTZ, equipe vencedora do primeiro split do CBLOL deste ano. “Assim como acontece no futebol, apenas uma minoria entre os jogadores ganha muito bem, alguns até acima de 20 mil”, afirmou durante uma palestra no Game Business 2017. A INTZ, por exemplo, conta com dez jogadores e possui patrocínio de empresas como Logitech, Intelbras e China In Box. Fora do país, os salários dos jogadores é ainda maior, principalmente nas regiões da América do Norte, Europa e Coréia do Sul.

Além do cenário competitivo, também há os que se aventuram fazendo *streams*, que são transmissões ao vivo de jogos digitais. “No começo,

eu tinha muita vergonha de usar o microfone e a *webcam*, por isso costumava só mostrar o jogo mesmo”, conta Erasus. Nas *streams*, é comum a pessoa se filmar enquanto joga, além de interagir com o público, que pode mandar mensagens através do chat. Atualmente, a Twitch é a maior plataforma de transmissão de jogos no mundo, contando com mais de três milhões de *streamers* mensalmente ativos.

Na Twitch, os *streamers* começam recebendo de R\$2,50 a R\$5,00 a cada mil visualizações, podendo chegar a receber de R\$4 a R\$10 quando é conquistado um público fixo, além de contar com doações dos seguidores. Erasus começou a “streamar” na plataforma em 2013, quando, segundo ele, descobriu que dava para viver com isso. “No começo foi difícil, já que minha mãe demorou para apoiar. Mas quando ela viu que estava dando retorno, ficou mais tranquila. Meu pai até hoje não sabe muito bem o que eu faço”, afirma.

Hoje, ele mora em Brasília com sua família e é no seu quarto que acontecem as transmissões. “Eu fazia mais de 12h de *stream*. Já cheguei a fazer 34h, até dormia em live. Isso prejudicou minha saúde, então resolvi dar um tempo para me cuidar e estou voltando aos poucos. Agora não estou fazendo muito, porque voltei a treinar para o competitivo”. Com a média de 300 *viewers* por live, Erasus consegue uma renda que varia de mil a dois mil reais, que usa com os seus gastos rotineiros. “Para quem mora com os pais, essa média de *viewers* é boa, mas tem que ser ambicioso e buscar crescer”, completa. Atualmente, o canal dele conta com mais de um milhão de visualizações e quase 70 mil seguidores.

Crédito: Divulgação

# O maestro do ritmo louco

Diogo Costa, conhecido como DJ Polyvox, criou um novo capítulo do funk

Raiane Cardoso

“Estou aqui na porta.” Recebi a mensagem via WhatsApp de Diogo Lima Costa, mais conhecido como DJ Polyvox, um dos grandes nomes do funk atualmente. Desci as escadas do estúdio Guaxa em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro e local onde marcamos a entrevista. Assim que apareci no portão, saiu do carro um homem com quase 1,70m de altura e símbolos da Nike na camisa e no boné.

O funk carioca completou 30 anos em setembro de 2019 e Polyvox hoje é um dos nomes que marcam a história do gênero. Desde o disco ‘Funk Brasil’, lançado por DJ Marlboro e considerado o marco inicial do ritmo musical no Brasil, o ritmo já conquistou o país e agora vem ganhando projeção internacional. Segundo a plataforma de streaming de música Spotify, o consumo de funk cresceu mais 3.000% fora do país, com os Estados Unidos na liderança. O funk hoje vive uma nova vertente, a do 150 bpm (batidas por minuto), conhecido como “ritmo louco”.

Polyvox, baiano de 29 anos e morador do Rio desde pequeno, considerado o criador da vertente, foi o primeiro a produzir funk em 150. O momento da criação foi na verdade um acidente em meados de 2016, como contou o DJ: “Eu tinha perdido todo o meu material de produção, meu HD. Meu filho estava batendo uma garrafa de Coca-Cola enchendo o saco, eu achei legal a forma

como ele estava batendo e botei no 150 no metrônomo. Vim refazendo tudo através dele e chamei de tambor Coca-Cola”.

A partir desse momento, o 150 bpm cresceu. Hoje é a principal vertente do funk brasileiro e foi um ponto de virada na carreira do produtor. “O funk me deu sustento desde o começo”, conta Polyvox, que é produtor há 16 anos e fã do funk desde a infância. “Acho que

como Kevinho e Lexa, nomes de peso no cenário do gênero no país. O contrato, com validade de 10 anos, é agora o principal foco de Diogo, que passa a maior parte da semana na capital paulista, onde fica o estúdio da Kondzilla. “Minha vida agora é Kondzilla, vou até tatuar a Kondzilla”, brinca. O convite veio do próprio Kond [Henrique Konrad, fundador da Kondzilla]. “Nós somos amigos há

da a quinta. Sexta, sábado e domingo venho cobrir a agenda daqui e corro para lá. Mas minha agenda está meio maluca, acho que vai ter que partir o Poly em dois para ir para dois lugares ao mesmo tempo”.

O funkeiro mostrou que não economiza quando o assunto é sua carreira, investindo em equipamentos caros, assim como ferramentas para mídias sociais. Agora o DJ está montando

carteira assinada?’. Meus pais falam para virar caminhoneiro, isso e aquilo outro. Ninguém aceita minha profissão. Só minha tia me apoia, o resto acha que é coisa de louco ainda”.

O DJ contou que “já fez loucuras” pelo funk na infância, como trocar uma bicicleta por uma coleção de CDs com os funks que eram hits no momento: “No dia seguinte, meu pai descobriu minha coleção e quebrou toda, aí fiquei sem os CDS, sem a bicicleta e ainda fiquei de castigo”, contou rindo.

No entanto, o produtor também não quer que seus filhos sigam seu caminho profissional. “Meu filho já está seguindo, infelizmente. Eu estou fazendo de tudo para ele não cair nesse meio. Ele está baixando aplicativo de DJ, fica me mandando vídeo dele tocando falando: ‘pai, estou fazendo isso’. Tipo assim, eu dou aquela de pai maluco, finjo que não estou entendendo o que ele está falando porque se eu apoiar ele vai ficar mais motivado do que ele já está, então eu tento desmotivar ele”, diz. “Eu quero mais que meus filhos estudem, eu estou trabalhando muito para dar o conforto que eles merecem, não para eles fazerem parte do mundo louco que eu estou.”

O preconceito e falta de apoio não é exclusividade da família de Polyvox, mas também de parte da sociedade brasileira. Em 2017, o Senado analisou uma proposta de criminalização do funk como um crime de saúde pública. A sugestão de lei foi rejeitada sob o argumento de inconsti-



Polyvox é DJ residente do baile da comunidade Nova Holanda, Zona Norte do Rio

Reprodução/Facebook/Polyvox



Reprodução/Twitter/Polyvox

Uma das edições do Baile da comunidade Nova Holanda, que reúne mais de cinco mil pessoas e conta com duas ou três atrações além de Polyvox em cada festa

tucionalidade, porque iria contra o artigo 5º da Constituição Federal que garante a livre manifestação cultural e de pensamento. Mas o gênero continua sendo alvo de críticas e preconceitos.

Polyvox é DJ residente do baile da Nova Holanda, comunidade do Complexo da Maré, onde frequenta desde garoto e que fica em frente ao local que morou em sua infância, no bairro de Bonsucesso, Zona Norte do Rio. Quando perguntado sobre como lida com a discriminação que o mundo do funk é alvo, o produtor mostrou-se cansado: “Eu tento lidar com isso, não é muito fácil não. Agora estamos sendo perseguidos aí, vou ter que depor, não sei qual é a data, meu advogado que vai falar. Tem esse caso aí do Rennan que também tá complicado demais. Agora outro colega nosso de trabalho foi preso, não sei se vocês viram, prenderam outro DJ da Penha, o Mozai, por ele realizar o baile do Rennan”.

Rennan da Penha, DJ e produtor e que atuava como DJ residente do Baile da

Gaiola, foi preso em abril de 2019 após ser condenado a seis anos e oito meses de prisão por crime de associação para o tráfico. Os investigadores afirmaram que Rennan atuava como “olheiro” do tráfico da comunidade Vila Cruzeiro há cinco anos, alertando os traficantes sobre a presença de policiais no local. De acordo com o relato de uma testemunha, o teor das informações passadas aos traficantes eram frases como “o Caveirão está subindo pela Rua X” ou “a equipe está perto do ponto tal”. A Ordem dos Advogados do Brasil questionou a prisão do DJ, afirmando que a condenação se tratava de mais uma tentativa de criminalizar o funk. Já o DJ Mozai foi preso em agosto de 2019, acusado por tráfico de drogas e associação para o tráfico. O DJ era um dos idealizadores do Baile da Gaiola, junto com Rennan.

“Eles estão perseguindo todos os funkeiros, todo mundo que é porta voz de comunidade e que representa uma comunidade. Se você tem um nome um

pouco forte como eu que represento a Nova Holanda, eles vão vir em cima de uma forma violenta. Eles acham que o DJ que é o responsável do baile, o DJ que faz isso tudo, mas eles não sabem que existe um coletivo de barraquei-

“Estou disposto a qualquer coisa pela minha carreira Polyvox”

Diogo Lima Costa

ros que financiam. Eles são um coletivo. Pessoas vivem do baile do funk. São mais de 50 barracas que vem juntando para promover o evento e trazer alegria para a própria comunidade”, explicou Polyvox.

Sobre projetos futuros, pensa em abrir uma ONG na comunidade Nova Holanda para ensinar DJs

e pessoas que sejam encantadas pelo ofício. Sua produtora no Rio, a 150bpm Records, virará uma escola de DJs também. “Não vou dar continuidade na Records de forma artística, de empresariar MC, DJ como eu estava fazendo, somente vou dar aula e fazer trabalhos comunitários”, planeja o produtor. O 150 bpm, sua criação, já virou história, o “ritmo louco” já tem um sucessor: “Eu toco em 175 bpm hoje em dia, produzo em 150. Algumas coisas vão subir para Spotify, rádio, clipe, é em 150. Porém, eu mesmo Polyvox, é 165 bpm, 175 bpm em tudo o que é baile. Todo final de semana na passarela 9 você vai ver eu tocando em 175 bpm. Final de semana passado fui um pouco mais abusado e toquei até 178 bpm, tá aumentando, aumentaram o bpm. E dessa vez não é culpa minha”.

Polyvox se descreve como “um cara bem delicado de lidar”. “Eu não gosto de grupo nenhum de whatsapp porque grupo de whatsapp hoje em dia corrompe você que está

no foco. Nem notificação no telefone eu deixo. Eu olho, respondo. Grupo eu não tenho, mas tenho uma amizade muito grande com muitos produtores daqui.” Sua relação com outros produtores não mistura trabalho com amizade: “Não troco figurinha, sou bem chato com esse negócio. O que é meu é meu. É muito difícil eu liberar uma base, alguma coisa. Eu tenho ciúmes mesmo, pior que com a minha mulher e meus filhos. Eu nem peço figurinha a ninguém, ‘ah, me passa isso, aquilo outro’, para não dar motivo de me pedirem, então é delicado. Mas eu tenho melhores amigos aqui no Rio que produzem, tenho uma família grande”.

Mesmo sabendo que é um cara difícil, Polyvox está disposto a mudanças. “Eu sei que se eu ficar um pouco mais ‘posturado’ vai abrir muitas portas, porque eles falam que eu sou um touro difícil de domar. Muita gente julga sem saber quem eu sou por eu ser muito fechado. Eu estou disposto a qualquer pela minha carreira Polyvox.”

# Meninas inventam moda e ganham dinheiro no Instagram

Jovens brechoseiras usam o Instagram como ambiente de trabalho, aproveitando a flexibilidade de horário, o baixo investimento e o talento para garimpar roupas usadas



Reprodução do Instagram

As melhores amigas, Maria Luiza Coropos e Emily Bastos posam como modelos do seu próprio brechó no Instagram para divulgar as peças garimpadas em brechós físicos

## Ana Luiza Oliveira

No meio da crise financeira em que o país se encontra, meninas sem trabalho ‘inventam moda’ no Instagram. “A gente vai a brechós, nos enfiamos em lugares bizarros atrás das peças e compramos para revender no nosso”, afirma Malu Coropos, que abriu o Brechó 06 no Instagram há um ano. Ao contrário do que aparenta, esse trabalho não é tão simples como colocar a venda qualquer roupa usada. Antes de partirem para as vitrines virtuais, as peças são garimpadas e muitas vezes passam por um processo de reconstrução de peças defeituosas até se adequarem aos gostos dos clientes. Para Malu, a iniciativa de montar o brechó surgiu do sonho de realizar uma viagem à Nova

Orque com sua melhor amiga e atual parceira de trabalho, Emily Bastos. Todo o trabalho delicado, de mapeamento dos brechós físicos, curadoria de peças, divulgação e entregas, é feito pelas duas, que com o dinheiro arrecadado se veem mais próximas de realizar a tão sonhada viagem.

Os brechós são a nova onda de consumo consciente. Se antes esses espaços eram pouco convidativos que abrigavam roupas velhas, hoje, vivem uma nova era no comércio eletrônico. Com essa novidade, surgem também profissionais que fazem a comercialização acontecer, as brechoseiras, meninas que se dedicam ao tempo, assim como a Malu e Emily para satisfazer os gostos de sua clientela e faturar um bom dinheiro.

“*Todo o dinheiro do brechó é revertido para a viagem, a gente não fica com nada.*”  
Malu Coropos

A facilidade na hora de encontrar um brechó nas redes sociais é um outro ponto positivo para a propagação desse tipo de trabalho. Atualmente o Instagram é a rede social mais usada por vendedores, e para os e-consumidores basta seguir alguma página de brechó que consequentemente duas ou três te seguem de volta

em busca de notoriedade também. “A gente começou no Instagram mesmo, vendemos online, tudo através do meio digital. Esse tipo de plataforma é imprescindível para o meu trabalho, não só para a divulgação, mas também para ele existir. Se não tivesse instagram eu com certeza não teria um brechó, pela ausência de um espaço físico e alto custo com aluguel”, diz Malu.

Vender roupas seminovas tem ganhado cada vez mais espaço nas plataformas de comércio digital e nas redes sociais. A preocupação com os impactos socioambientais tem levado as pessoas a adquirir cada vez mais roupas em brechós, visto que diminuir o número de compras de itens novos contribui para reduzir os danos causados pela poluição am-

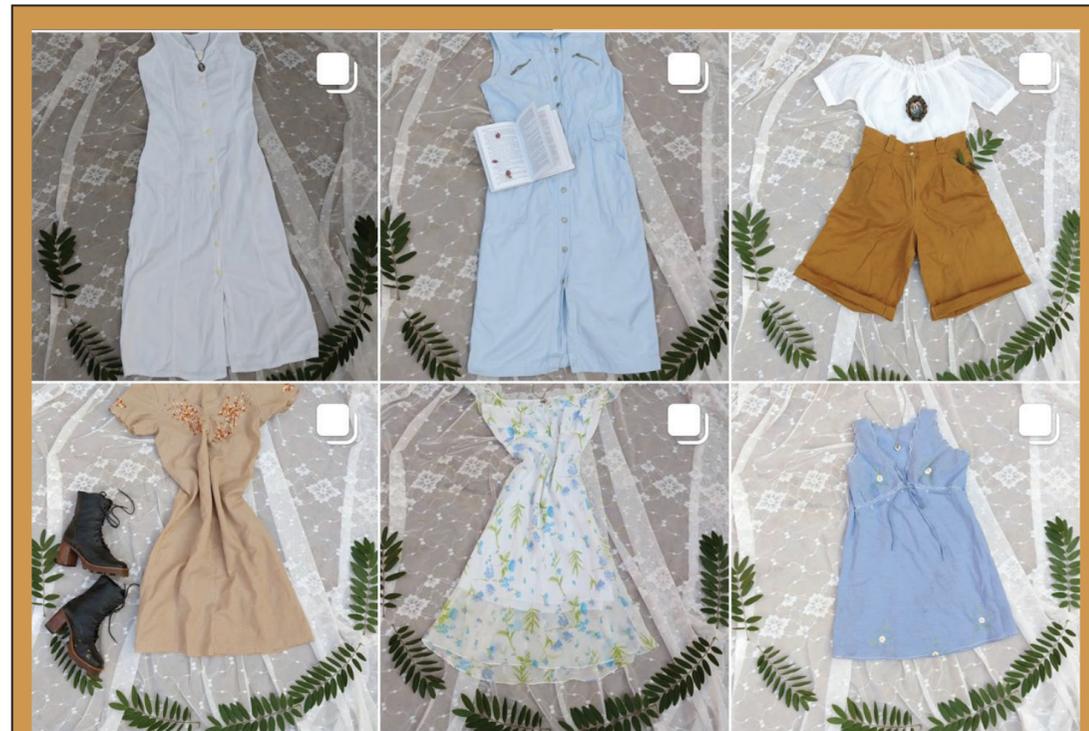
biental. Segundo a empresa Ebit|Nielsen que trabalha com mensuração e análise de dados, para 2019 há uma previsão de crescimento de 15% no faturamento de e-commerce. De acordo com recente pesquisa, a categoria de moda e acessórios, no geral, cresceu mais de 45% em comparação com o percentual do ano passado, o que representa uma grande oportunidade para os vendedores virtuais de roupas usadas, que observam nesse espaço um ambiente favorável e uma oportunidade de lucrar.

“Trabalhar em brechó é uma coisa que me satisfaz muito, me traz muita alegria, e eu gosto muito de fazer, tô sempre pesquisando, analisando formas de divulgação para fazer o brechó crescer” diz Tailiane Santos,

de 22 anos, dona da página do Instagram Brechóseira. Casada, mãe e universitária, afirma que o dinheiro das vendas faz muita diferença no seu orçamento familiar. Tailiane cursa Farmácia, vive em Barretos no interior de São Paulo, e resolveu criar uma página para vender suas roupas acumuladas em casa. Por acreditar que uma loja física na cidade onde mora não daria tanto lucro a brechoseira encontrou no Instagram facilidade e possibilidade de alcançar clientes no Brasil inteiro.

Como a maioria dos trabalhos informais, ser brechoseira não garante um lucro definido, a renda mensal depende da quantidade de peças vendidas durante o mês. Cabe ressaltar que há uma variação de valor dependendo do estado físico de cada roupa, consequentemente há uma instabilidade de ganho para quem trabalha no ramo. A instabilidade acontece porque algumas peças necessitam de mais investimentos para restauração e dão um pouco mais de trabalho para essas meninas.

Malu explica como ela e Emily lidam com as peças defeituosas: “A gente separa as peças, vê o que precisa ou não ajustar, vemos se nós mesmas conseguimos, ou sei lá, nossas mães ou avós, e se tiver coisa que nós não conseguimos a gente manda para a costureira”. Algumas brechoseiras, quando ainda principiantes, vendem suas próprias roupas usadas. Nesse caso, o lucro é de 100% inicialmente, depois disso, partem para o garimpo de novidades com o dinheiro lucrado, esse é o primeiro passo de crescimento da loja online, as novidades.



No feed do Instagram Brechoseira, da paulista Tailiane, é possível ver a importância que dá à fotografia e a identidade visual da página

## O dia a dia de uma brechoseira

Manter uma boa relação com os clientes, fazer um bom garimpo e arrasar na curadoria. Esses são os principais desafios atuais das brechoseiras. Para Tailiane Santos, cuidar de um brechó é uma tarefa difícil. A jovem vive no interior de São Paulo, na cidade de Barretos, e cursa Farmácia na universidade local. Além de brechoseira, em seu dia a dia se divide entre cuidar de seu filho, de 3 anos, a rotina universitária e os afazeres domésticos. “Eu não tenho uma rotina certa para garimpar, deixo para fazer isso no tempo que sobra, quando eu não tenho nada para fazer na faculdade, consigo alguém para cuidar do meu filho e eu não tenho estágio.”

Durante a semana, Tailiane nem sempre consegue se dedicar como gostaria ao brechó. Logo pela manhã ela leva o filho para creche e vai para o estágio, onde trabalha de 8h às 14h. De lá, segue para casa e adianta os afazeres domésticos antes de buscar a criança na escola às 16h. Por fim, a faculdade é quem preenche o fim de tarde e noite da jovem casada.

Como durante a semana quase não lhe sobra tempo, é nos fins de semana que a Tailiane se dedica mais ao trabalho no brechó, visitando lojas físicas. “Já cheguei a ficar até seis horas num brechó, para ter novidade na página.” No sábado, ela sai em busca das peças, e no domingo realiza a curadoria, ou seja, lavar, passar, costurar,

tingir e até mesmo envernizar as peças garimpadas.

Durante a semana acontece o que, na opinião dela, é a parte mais complicada do processo, a montagem fotográfica. “Para mim o maior desafio é a parte da fotografia, por que ela precisa convencer o cliente, ele precisa se ver vestido naquela roupa, olhar aquela roupa e uma identificação.” Para garantir o sucesso nessa etapa, a brechoseira busca inspirações em outras páginas no Instagram ou no Pinterest. Há um conjunto de fatores que podem interferir na qualidade de uma foto, a iluminação, posicionamento e foco são alguns deles. Tailiane posta em seu Instagram cerca de quatro ou cinco fotos de uma mesma peça, ressaltando os detalhes e sempre em busca do melhor ângulo.

Alguns contratemplos retardam um pouco o andamento do brechó. Como mãe, muitas vezes a jovem se vê dividida entre a atenção destinada a seu filho e a página no Instagram. Além disso, para ela é importante estar com seu emocional forte, porque trabalhar em brechó é tão cansativo como qualquer outro trabalho e ter que lidar com críticas e elogios é desafiador. Apesar dos pesares, Tailiane se sente realizada na profissão. “O principal do brechó para mim não é só o dinheiro que eu ganho com ele, é o prazer que eu tenho. Eu realmente tenho uma paixão muito grande e me satisfaz trabalhar com isso. tenho muitos planos e projetos, isso me faz feliz”, diz.

Reprodução do Instagram

# O trabalho das mulheres no futebol

Machismo está entre as questões que elas enfrentam atuando no esporte

**Eduarda Delorme**

Não foi no Irã. Foi no Brasil mesmo. Durante o governo Getúlio Vargas, foi criada uma lei que praticamente proibia as mulheres de jogar o futebol. O Decreto-Lei 3199, de 14 de abril de 1941, proibia o sexo feminino de praticar qualquer esporte que fosse contra sua “natureza”. Depois de quase oito décadas, o machismo ainda ronda esportes como o futebol feminino, mesmo contando com atletas como Formiga, Cristiane e Marta, que ganhou por seis vezes o prêmio de melhor do mundo. Parece que, para muitos, o esporte ainda é visto como coisa de homem.

O preconceito dos homens nem é o que mais machuca as mulheres que tentam adentrar este campo minado. “O que me deixa mais triste é quando ouço a voz de uma mulher me criticando. Mal sabem elas como é difícil representá-las”, conta Edilene Freire da Silva, bandeirinha de 37 anos da Federação Norte-rio-grandense de futebol (FNF), e do quadro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) desde 2014. “Já ouvi de torcedores que ali não era meu lugar, mas em casa lavando louça.” Até quando ela se machucou em um jogo, recebeu ofensas de torcedores: “Ouvi que se eu estivesse em casa cozinhando isso não teria acontecido comigo”.

Para Edilene, a parte mais difícil do trabalho é a preparação física e psicológica para participar dos campeonatos. Anualmente, profissionais como ela são

submetidas a testes físicos e teóricos para checar se está apta a apitar os jogos. “Temos que estar sempre atentos a cada lance, 100% concentrados e seguros nas tomadas de decisões”, explica. Existem diferenças entre os testes que são aplicados para os homens e para as mulheres. Edilene tem orgulho de ser uma das mulheres que disputam o teste pelo índice masculino. “Por ser mais difícil, ele me habilita a apitar o Campeonato Brasileiro, a Copa do Nordeste e a Copa do Brasil.”

Qualquer erro pode ser fatal. A ex-bandeirinha Fernanda Colombo sentiu isso na pele quando, ao come-

ter erros em duas partidas seguidas, foi afastada do cargo pela CBF. Aborrecida, acabou largando o

*“O que me deixa mais triste é quando ouço a voz de uma mulher me criticando. Mal sabem elas como é difícil representá-las”*

*Edilene Freire*

futebol aos 25 anos. Fernanda também contou, em entrevista à Rádio Globo, os problemas que ela já enfrentou em seu ambiente de trabalho. “A maior dificuldade que passamos é que qualquer ação que a mulher fizer de errado, todos vão falar que ela não deveria estar ali, que não é lugar de mulher. A conotação é mais machista”.

As críticas não são os únicos problemas que essas profissionais enfrentam. Salários inferiores, infraestruturas precárias nos centros de treinamento e pouca cobertura dos jogos são outras questões que o, por incrível que pareça, chamado sexo frágil ainda

encara. As conquistas vêm acontecendo aos poucos, com muito suor.

A Copa do Mundo Feminina de Futebol, realizada na França em 2019, alcançou o marco de ter tido a maior venda de ingressos da história do evento, além de ter sido transmitida por novos meios de comunicação pela primeira vez. Além disso, segundo o Ibope, a audiência do futebol feminino cresceu muito nos últimos anos. As mulheres estão consumindo mais transmissões esportivas e são parcela importante do público do futebol. Só em 2018, elas representaram 41% da audiência do futebol na televisão brasileira. Também foi novidade a presença de um trio de arbitragem brasileiro, formado só por mulheres, na final do torneio. A juíza Edina Alves Batista e as auxiliares Neuza Back e Tatiane Sacilotti seguiram até os últimos jogos da Copa, fato muito importante na luta pela visibilidade. As três comandaram, por exemplo, a semifinal entre as seleções da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Junto a isso, a árbitra principal, Edina, foi escalada para apitar algumas partidas da Série A do Campeonato Brasileiro masculino, comandando partidas como CSA x Goiás e Botafogo x Chapecoense, sendo uma conquista de destaque por ser um campeonato jogado por homens. Apesar de tais avanços, as dificuldades continuam. E a luta das mulheres para conseguir conquistar seu espaço e obter o devido respeito também segue.



Edilene atuando como bandeirinha em campeonato da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

# Ser professora na favela

Elisa precisou adaptar seu trabalho para ensinar alunos em área de risco

**Júlia Kronemberger**

Trocas de tiro. Prisões em horário de entrada e saída. Convívio com traficantes. Essa é uma parte da realidade vivida pela professora de ensino fundamental Elisa Fonseca, de 37 anos. Formada em Pedagogia desde 2007, ela começou a lecionar no ano passado para uma turma de 29 alunos do quinto ano do ensino fundamental de uma escola localizada em uma das favelas de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. “Acho que um dos maiores desafios em dar aula numa área de risco é lidar com a imprevisibilidade do local e, por isso, precisei mudar um pouco a forma com que eu trabalhava”, conta.

Após vivenciar uma troca de tiros ao redor da escola durante uma dinâmica com as crianças no quadro, Elisa percebeu que não conseguiria seguir sempre os planos de aula que elaborava com antecedência. “Depois de acidentes como aquele, uma grande agitação toma conta dos alunos, o que prejudica diretamente o comportamento deles e afeta a maneira com que absorvem conteúdo”, comenta. Por isso, ela passou a organizar atividades no próprio dia, de acordo com o andamento dos acontecimentos.

Elisa precisou adaptar sua didática e seu vocabulário à realidade das crianças. “Paulo Freire dizia que é necessário dar aula de acordo com a vivência dos alunos, então aqui eu tento dar exemplos e usar um vocabulário que faça parte da realidade deles. Eu não falo muito sobre, por exemplo, o Teatro Municipal, ou



A professora Elisa desenvolve atividade sensorial durante a Semana da Educação Inclusiva para estimular o foco e atenção dos alunos

tal museu, porque grande parte deles nunca foi, nem sabe como é ou onde fica.” Por esse motivo, ela busca palavras e expressões nas próprias falas de seus alunos para utilizar posteriormente.

*“Eu falo que aqui a gente tem que viver um dia de cada vez”*  
Elisa Fonseca

É muito comum, conta a professora, as crianças pedirem funk quando se coloca música na escola durante alguma atividade. “Eu entendo o porquê, afinal, o funk é a vida delas. Por isso, às vezes eu atendo aos pedidos e acabo colocando algum que seja mais levi-

nho”, revela.

A falta de atenção por parte dos alunos é um dos maiores desafios enfrentados pela professora. “Eles são muito agitados, até mesmo devido a vivência, a gente entende que tem fatores externos que atrapalham e influenciam. Por isso, temos que ter toda uma dinâmica para poder acalmar”, destaca Elisa, que diz perceber uma bagunça muito maior do que em relação a outras escolas.

Além de toda agitação, a professora precisa lidar com a falta de material escolar, já que grande parte dos alunos não têm material básico, como lápis e borracha. A solução pensada por ela foi de criar um estojo da turma para que, quando surgisse a necessidade, ela pudesse emprestar. Contudo, a demanda é tão alta que, mesmo com os materiais comprados, alguns

alunos acabam ficando sem e precisam dividir.

Elisa conta que, quando começou, funcionários explicaram a necessidade de sempre falar com as pessoas que estivessem na rua para que fosse notada e reconhe-

*“Aqui geralmente tem tiro e essa é a pior parte”*  
Elisa Fonseca

cida como professora. “Aqui a gente precisa saber chegar, sair, saber com quem a gente fala e as professoras me ensinaram tudo.”

A professora também leciona numa escola no município de Nova Iguaçu, onde tem uma turma com praticamente a mes-

ma quantidade de alunos que em São João, mas conta com o dobro de espaço. “Aqui, em São João, a sala é bem pequena, é difícil transitar, e até de ir na mesa de um aluno, porque não tem alcance, não tem espaço para eu abaixar. Se eu quiser fazer alguma dinâmica de roda, ou mudar algo na sala, eu não consigo também”, reclama.

Apesar de todas as dificuldades, Elisa diz perceber um grande empenho por parte de alguns pais em incentivarem seus filhos a estudar. “Tem pai aqui que tem envolvimento com as questões do morro, tem mãe que tem filho, marido que também trabalha lá, e parece que essas pessoas têm mais comprometimento. Acredito que por eles viverem essa situação, não querem que seus filhos passem por isso”, revelou a professora

# A prova viva de que gentileza gera educação

De uma favela do Encantado à direção, o professor Will Robson da Silva encontrou luz no fim do túnel da problemática Escola Municipal Bento Ribeiro

**Gabriela Carneiro**

No Brasil, ninguém quer ser diretor de escola. Segundo dados da Fundação Victor Civita, a média é de apenas um ou dois candidatos por pleito. E na Escola Municipal Bento Ribeiro foi ainda pior. Nenhum dos professores tinha a coragem de assumir esse cargo no colégio do Méier que atende as crianças e adolescentes do Complexo do Lins. Composto por três comunidades, o complexo de favelas levou seu bairro, Lins de Vasconcelos, à 8ª posição no ranking de tiroteios por ano. E isso se refletiu na escola: alguns alunos chegavam a pular os muros para assaltar moradores na rua de baixo. Mas em 2018, o professor Will Robson da Silva aceitou o desafio.

A verdade é que a vida nas favelas do Rio nem sempre foi assim. Will, de 50 anos, foi criado em uma pequena comunidade no Encantado, Zona Norte do Rio de Janeiro. “A grosso modo, era mais local de gente pobre. Não tinha tráfico, nem boca de fumo. E a maior parte das pessoas que moram lá é da minha família”, conta. Formado em Letras Portugêses/Espanhol pela Uerj e professor de ensino público há 17 anos, ele sente que fala a mesma língua que seus alunos: “Se me dizem ‘vou te matar’, digo ‘então vem aqui e me mata’. Não apanhei na favela, não vou apanhar dentro da escola”.

No ano em que chegou na Bento Ribeiro, 2016, encontrou na escola um “verdadeiro inferno”. Por lá



Assim como Will, a maioria do alunado da Bento Ribeiro é negra. Para ele, ter o mesmo perfil de seus estudantes faz toda a diferença

via-se tudo que não deveria acontecer em um ambiente escolar, seja roubo, tráfico, ou agressão. “Mas eu já sabia de tudo isso”, comenta Will. Mesmo com “cinco marginais” em sua turma, não colocou o pé atrás, e bateu de frente com aqueles que não se comportavam. “Enquanto estiver acontecendo no corredor, não interfiro. Mas passando da porta da minha sala, é diferente.” De seus alunos, ele exige respeito.

Em sua opinião, o problema da direção anterior era o medo que tinha dos alunos. E não era sem motivo: a antiga diretora adjunta já chegou a sofrer ameaças em sua própria casa. Enquanto isso, Will ganhava cada vez mais fama de durão entre tanto os docentes quanto os discentes. Mas os alunos, no geral, não o temiam:

sabiam que a bronca era só para quem realmente merecia. “Eu sou educado e gentil. Mas tentando me desafiar, ou não fazendo o que é obrigação, o educado vai dar lugar a alguém que vai se impor.”

**“Não apanhei na favela, não vou apanhar dentro da escola”**

Quando a Bento Ribeiro precisou de um novo diretor, nenhum professor quis concorrer ao cargo. “É comum agora, nestes casos, vir um diretor de fora, porque ninguém quer assumir uma escola que está dando problema”, explica Will. Não seria o ideal para a

Bento — afinal, era um colégio difícil de lidar. Mas com o carinho que conseguiu dos seus alunos e colegas de trabalho, Will decidiu se candidatar, e obteve a maioria dos votos.

No começo, não foi fácil. Logo no primeiro mês da gestão, na primeira semana de aula, aconteceu um caso grave: uma menina foi assaltada dentro da sala por outros quatro alunos da própria escola. Para sua mãe, foi a gota d’água. Nas redes sociais, escreveu uma crítica amplamente compartilhada, reclamando da má direção do colégio de sua filha. Chamou-a de “escola de piriquetes e marginais” e o ocorrido de “tentativa de homicídio”. Will sabia que a crítica era à direção anterior, e não a sua, mas viu nisso uma oportunidade: “Essa foi minha prova de fogo”.

“Eu acredito muito na proteção divina, que vai acontecer algo onde eu chego para mostrar quem sou eu.” Em reunião já marcada após o incidente, professores encontraram um número maior que o normal de pais presentes (cerca de 250, quando a média era 50), todos buscando uma explicação da escola. Will aproveitou para estabelecer suas metas de trabalho: “Eu sou o diretor e esses quatro meninos serão expulsos. A partir de hoje, não se entra mais de boné e nem de short”. Depois, pediu para todos os membros da equipe — professores e inspetores — darem seus relatos de agressão verbal e física dentro da escola. “Acabou esse tempo na Bento Ribeiro. Não respeitou, não estudará mais aqui. Eu não tenho medo da comunidade que estou atendendo. Aqui

eu quero aluno”, disse.

Alguns alunos resistiram às mudanças, dizendo para a direção que eram “regras demais”. Will chegou até a receber ameaças: “Sei que meu nome chegou no morro, na boca de fumo”. Mas não se deixou afetar, pois sabe muito bem que “o dono do morro, essas lideranças, não quer as crianças aprontando dentro da escola.” Começava, então, o processo de mudança da Bento Ribeiro: aqueles que não aderissem, estavam fora.

Os responsáveis também chegaram a conversar com a direção para entender o que estava acontecendo. “Raríssimas vezes eu chamei pai e mãe aqui que não compreendeu que seu filho estava errado”, conta Will. “E quem não concordou, o filho saiu da unidade. Existia uma crença do professor da Bento Ribeiro de que o pai e a mãe de comunidade não estava interessado. Não é assim que tem que ser, a criança tem que ver com um patamar de educação.” Ele sabe bem da importância dos familiares para incentivar a criança ao estudo: filho de empregada doméstica, foi tratado como parte da família pela patroa de sua mãe — enquanto as outras crianças da casa estudavam e liam, ele não ficava de fora. Já na Bento Ribeiro, algumas mães trabalham no CCBB e nunca levaram seus filhos.

Para o futuro, Will espera que seus alunos vejam na escola um caminho para uma vida melhor: “É uma batalha diária tentar fazer a escola ter um significado para eles do ‘além’. Você

vai estudar para conseguir seu trabalho e ter uma carreira, mas através do estudo. Infelizmente, a família não vê dessa maneira, e eles também não”. Os alu-

**“Eu não tenho medo da comunidade que estou atendendo. Aqui eu quero aluno”**

nos geralmente sonham em tornarem-se jogadores de futebol, pagodeiros, MCs, mas nunca em chegar a faculdade. Por isso, Will tenta levar diversas atividades extras para a escola, de aulas eletivas a passeios culturais.

Sabe-se bem que esse quadro de balbúrdia e vio-

lência acontece em muitas escolas públicas ao redor do país. Procurando resolver o problema, o governo publicou o Decreto 9.465/2019, que tem como objetivo “promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital”. Apesar de defender a ordem no ambiente escolar, Will acha a proposta de militarização do ensino público “uma viagem”. Ele questiona: “Eles vão ‘meter a mão’ na criança como fazem na favela? Ela estará dentro do ambiente de aprendizado amedrontada?” Para ele, o corpo docente e administrativo de uma instituição merece respeito por serem gente, e não militares. “Só quem pode resolver o problema da escola é o profissional da educação”, conclui.



Will Robson tem também o apoio dos professores e funcionários



O diretor criou a hashtag #novabento para professores e alunos compartilharem as novidades e eventos da escola nas redes sociais

Crédito: divulgação/Facebook

Crédito: divulgação/Facebook

Crédito: divulgação/Facebook

# Horas no trânsito para descobrir que o professor faltou

Distância entre a universidade e o bairro onde moram, além da insegurança nos ônibus, leva alunos da Escola de Comunicação a pensarem em desistir da vida acadêmica

## João Felipe Carvalho

Estudar na Escola de Comunicação dá muito trabalho. Ainda mais se você precisa pegar trem, ônibus, barca, de madrugada ou tarde da noite, para chegar na faculdade. O problema não está apenas nas horas perdidas no trânsito. Tem o custo alto para quem mora fora da cidade e não tem direito ao Bilhete Único, além da falta de segurança no trajeto. Muitos estudantes acabam desistindo da faculdade. Dados de uma pesquisa da associação Instituto Lobo, feita em 2016, apontam que 24% dos estudantes abandonam o curso antes da conclusão. “Quando eu estudava à tarde, ligava quase sempre para os meus pais falando ‘eu vou trancar a faculdade’”, conta João Victor Campos, estudante da Escola de Comunicação da UFRJ e morador de São Gonçalo, cidade localizada a 40 km da capital fluminense. O problema diminuiu depois que ele mudou de horário e passou a pegar menos trânsito.

Maria Luiza Lyra, do Recreio, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, passa por situação semelhante. A estudante da ECO, que passa quase cinco horas por dia no trânsito, sonha morar perto da universidade. “Eu ficaria em Botafogo se houvesse a possibilidade, mas é tudo tão caro. Um cubículo por um aluguel absurdo, com o mesmo preço de um apartamento bom no Recreio. Tem muita gente que mora longe e não tem como se mudar e pagar um aluguel”, afirma.



João Campos embarca na única opção de ônibus entre Niterói e a Zona Sul: “Se ele não passa, fica impossível para chegar à Urca”

*“A gente se acostuma a lidar com aquela espera enorme no trânsito e na fila do trem”*  
Ellen Pastorino

Ela compartilha a vontade de largar a faculdade, diante de tanto trabalho para chegar a Botafogo: “Ainda mais quando chego e o professor não está ou não vem. Penso ‘cara, eu acordei 5h para estar aqui, vou trancar’”. Enquanto Maria e

João já flertaram inúmeras vezes com o trancamento, a situação não se aplica a Ellen Pastorino. Moradora de Sulacap, a 25 km da Urca, ela conta que, mesmo com o estresse do deslocamento, nunca pensou em deixar a UFRJ. “Sair, para mim, não é uma opção. É uma situação que eu enfrento de qualquer jeito e tenho que me virar.”

Motivos não faltam para tirar o estudante do sério. O tempo é um deles. Os três entrevistados têm aulas na parte da manhã. Por isso, precisam estar às 7h30 na Urca. Infelizmente, para Maria, que acorda às 5h da manhã para pegar o ônibus às 5h40, nem sempre isso é possível, pois os conges-

*“Se alunos desistem por falta de recursos para pagar o ônibus, a faculdade tem culpa, sim”*  
João Campos

tionamento na Autoestrada Lagoa-Barra atrasa sua chegada em até meia hora. Para Ellen, os engarrafamentos constantes são um problema: “A gente se acostuma a lidar com aquela espera no trânsito, ou a fila do trem e começa

a culpar a nós mesmos por não sair mais cedo e chegar atrasado”.

Moradores de bairros tão diferentes quanto Sulacap, Recreio e São Gonçalo, os alunos da ECO são parte de uma estatística preocupante. Um estudo do Firjan concluiu que o tempo médio de deslocamento diário entre pessoas que gastam muito tempo no trânsito (no mínimo 30 minutos) é de 2h34. Este tempo perdido gera consequências. João, por exemplo, diz que se sente mais estressado por não saber quando chegará à faculdade. Não dá nem para relaxar ou gastar a energia acumulada no banco do ônibus. “Eu deixo de ir à academia, que é um lugar

que eu preciso frequentar, porque chego muito cansada em casa”, conta Maria.

Para diminuir o tempo no trajeto de ida, João recorre às Barcas. Porém, o modal é mais caro que o ônibus que ele usa, o que aumenta o gasto diário com passagem. “Quando estou sem dinheiro, não dá para ir de barca. Então, preciso esperar o ônibus passar pela ponte”. Ele reclama que a UFRJ não oferece suporte para os alunos que residem em outras cidades: “O Bilhete Único Universitário serve apenas para quem reside na cidade do Rio de Janeiro. Quem mais precisa desse benefício não tem. E os que moram no município do Rio, com passagens mais baratas, conseguem. A universidade não faz nada para melhorar a vida dos estudantes que já sofrem com essa questão. Se tem alunos que desistem da faculdade por falta de recursos para pagar o transporte, ela tem culpa no cartório sim”, completa.

Já Maria tem a opção de voltar para casa com o mesmo ônibus que usa na ida, ou pegar o metrô e BRT, o que também aumenta os custos. “Se eu não gastar com BRT e metrô, eu me forço a demorar mais pe-

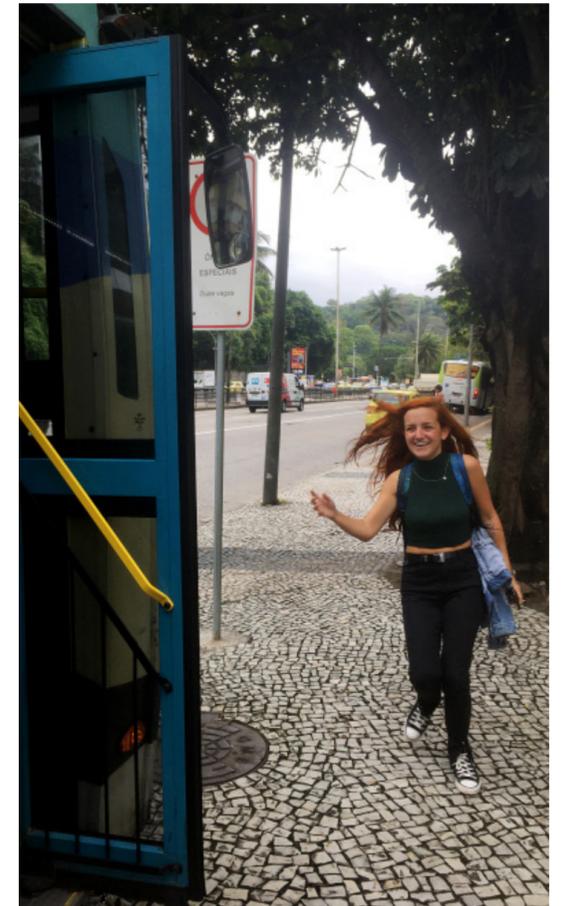
*“Não estudo no metrô nem no BRT porque me dá enjojo. Só no ônibus quando não está cheio”*  
Maria Luiza Lyra

gando o ônibus para gastar R\$ 2,75 a menos”. O panorama de Ellen, porém, é mais complexo: Além da UFRJ, ela conseguiu a aprovação, por meio do Sisu, para a Universidade Federal Fluminense. Porém, a distância e o tamanho da despesa diária do

trajeto Sulacap-Niterói fizeram a estudante desistir desta opção. “Para minha mãe, a escolha da minha faculdade dependia do trajeto. Por isso, ela disse que se eu fosse aprovada para a UFF, não poderia ir”, diz.

Mesmo com a escolha da UFRJ, as despesas com passagem ainda são uma dor de cabeça para Ellen por conta de outro fator. Ela, que usa ônibus e trem para chegar à Urca, relata que, mesmo com a estação de Magalhães Bastos próxima à sua casa, prefere pegar o trem na estação de Deodoro. O problema é a segurança: a estação mais próxima é deserta e o risco de assalto é maior. Na volta, a insegurança do trem faz com que ela use metrô, BRT e mais dois ônibus para chegar em casa. Essa opção aumenta o tempo e o custo da passagem. Mas, para ela, a insegurança justifica o gasto extra.

Para eles, seus problemas diários têm um culpado: a falta de mobili-



Perder o horário do ônibus não é uma opção para Maria Luiza

dade urbana da cidade. “A malha metroviária é ridícula no Rio e isso se deve aos acordos financeiros com empresas de ônibus, sabendo que ele não é o modal ideal, e sim, o trem e o metrô”, afirma Maria. “O BRT foi uma opção. Mas ao mesmo tempo que ele implantou uma linha exclusiva, tirou várias outras de circulação”, completa Ellen.

Para amenizar a falta de tempo e o estresse diário do deslocamento, a solução encontrada é aproveitar o tempo que passam no transporte. Ellen, por

exemplo, se programa para finalizar os trabalhos da faculdade: “Caso tenha uma tarefa que eu precise fazer antes de chegar à Urca, eu pego o trem parador para ir sentada. Assim, eu consigo ler ou escrever alguma coisa. O mesmo ocorre no BRT. Eu espero a chance de ir sentada para fazer as tarefas ali mesmo. Não é um tempo que eu vou perder ali dentro”, afirma. Já Maria sente, na saúde, o impacto de tentar fazer o mesmo: “Me dá enjojo. Eu tento ler um livro, mas só é possível no ônibus. Metrô e BRT, por ser cheio, não dá”.



O livro é uma alternativa de Ellen Pastorino para superar as cinco horas diárias perdidas no transporte

# Tudo pelos vira-latas

Fundadora da loja online Vira-latou, Camila quer mudar a cultura de abandono de animais

Mariana Souza Martins

Julietta adotou Camila Moura em 2016. A vira-lata preta de porte médio, adulta, integra o grupo de animais que são mais rejeitados na hora da adoção: cachorros e gatos pretos com mais de 3 anos. Em um cenário de 30 milhões de animais abandonados no Brasil, Camila transformou o seu projeto de TCC na empresa Vira-latou que tem por objetivo a conscientização dos consumidores sobre a causa animal de uma forma criativa e descontraída.

A carioca de 24 anos descobriu ao longo da formação em publicidade que a única forma de seguir na profissão seria investindo em algo que acredita. Em 2016, ao fotografar o Abrigo João Rosa, uma ONG na zona norte do Rio de Janeiro, começou seu envolvimento direto com a proteção de animais de rua. Em 2018, durante o desenvolvimento do seu trabalho de conclusão de curso, nasceu a Vira-latou: uma loja online que vende camisetas e ecobags personalizadas para os bichinhos e seus humanos, com o propósito de dar visibilidade aos vira-latas. Parte dos lucros são doados para instituições de apoio à causa.

No TCC, Camila falou sobre como a Publicidade é capaz de incentivar o comércio de animais. “Por exemplo, quando uma marca de roupas utiliza um cão de raça em suas peças publicitárias, ela pode influenciar o consumidor a adquirir não só o produto anunciado, mas também o próprio animal. E isso acaba fazendo com que o cão, ou gato, seja percebido como objeto de consumo.

A vira-latou tem o objetivo de promover uma Publicidade em prol dos animais”, explica. No Instagram, rede social mais forte na venda dos produtos, as peças publicitárias trazem fotos e legendas divertidas, com os modelos Julieta, “CEO” da marca, Bento - o “estagiário” mais novo da Vira-latou, adotado por Camila em março de 2019, e outros animais, entre cães e gatos.

Nas publicações, a fundadora da Vira-latou também compartilha informações úteis sobre como ajudar animais de rua, campanhas de adoção e publicações que engajam uma mudança na forma como as pessoas enxergam os animais. “Na minha opinião, o brasileiro ainda vê o animal como coisa. E o abandono ocorre justamente por este motivo: coisas são compradas, utilizadas e descartadas quando não tem mais utilidade”, pontua. Com forte apelo para a mudança de mentalidade com relação aos animais, Camila afirma que encontrou seu propósito e é um privilégio poder trabalhar com ele. “Quando os animais forem tratados como seres vivos, que necessitam de amor, responsabilidade e cuidados, o abandono certamente diminuirá”, conclui.

Com quase um ano de vida, a Vira-latou conta com quase quatro mil seguidores no Instagram e acaba de ganhar um site. Há cinco meses Camila começou a trabalhar exclusivamente para a marca, em uma rotina de trabalho intensa. Trabalhando em casa, ela cuida sozinha de todos os processos, desde a estampa das blusas e ecobags, do SAC,



Reprodução Instagram

Há cinco meses Camila se dedica exclusivamente a loja de venda de produtos on-line, Vira-latou

“Na minha opinião, o brasileiro ainda vê os animais como coisa”

Camila Moura

atualização de redes sociais, planejamentos diários e contato com fornecedores até as imagens, já que Camila também é fotógrafa. A publicitária também faz as entregas por correios e encontra fornecedores semanalmente. “Não é fácil empreender em um país em crise, principalmente de-

fendendo e ajudando uma causa. Mas é extremamente recompensador quando vejo que, aos pouquinhos, a minha empresa está sendo parte da mudança. E qualquer um pode ser essa mudança também. Se cada um fizer um pouquinho, o mundo se torna um lugar melhor para nós e para os animais”, afirma. Camila participa também de feiras de adoção, onde vende seus produtos. Hoje ela trabalha para superar o salário anterior, quando atuava como publicitária, e vê os lucros melhorarem aos poucos. Para o futuro, ela pretende levar a marca para cada vez mais lugares, sempre com o objetivo de ajudar mais ani-

mais e conscientizar mais pessoas. Para mudar os números de abandonos no Brasil, a empreendedora aponta alguns pontos-chave que devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar, a mudança na dinâmica do comércio e preferência por raças. Ao decidir ter um animal, as opções são entre adoção - segundo o Instituto Pet Brasil, o país tem mais de 170 mil animais sob o cuidado de ONGs - ou a compra. “Na primeira opção, você salva um animal. Na segunda, financia o comércio. Se não houvesse a preferência por raças, não haveria comércio. Se não houvesse comércio, não

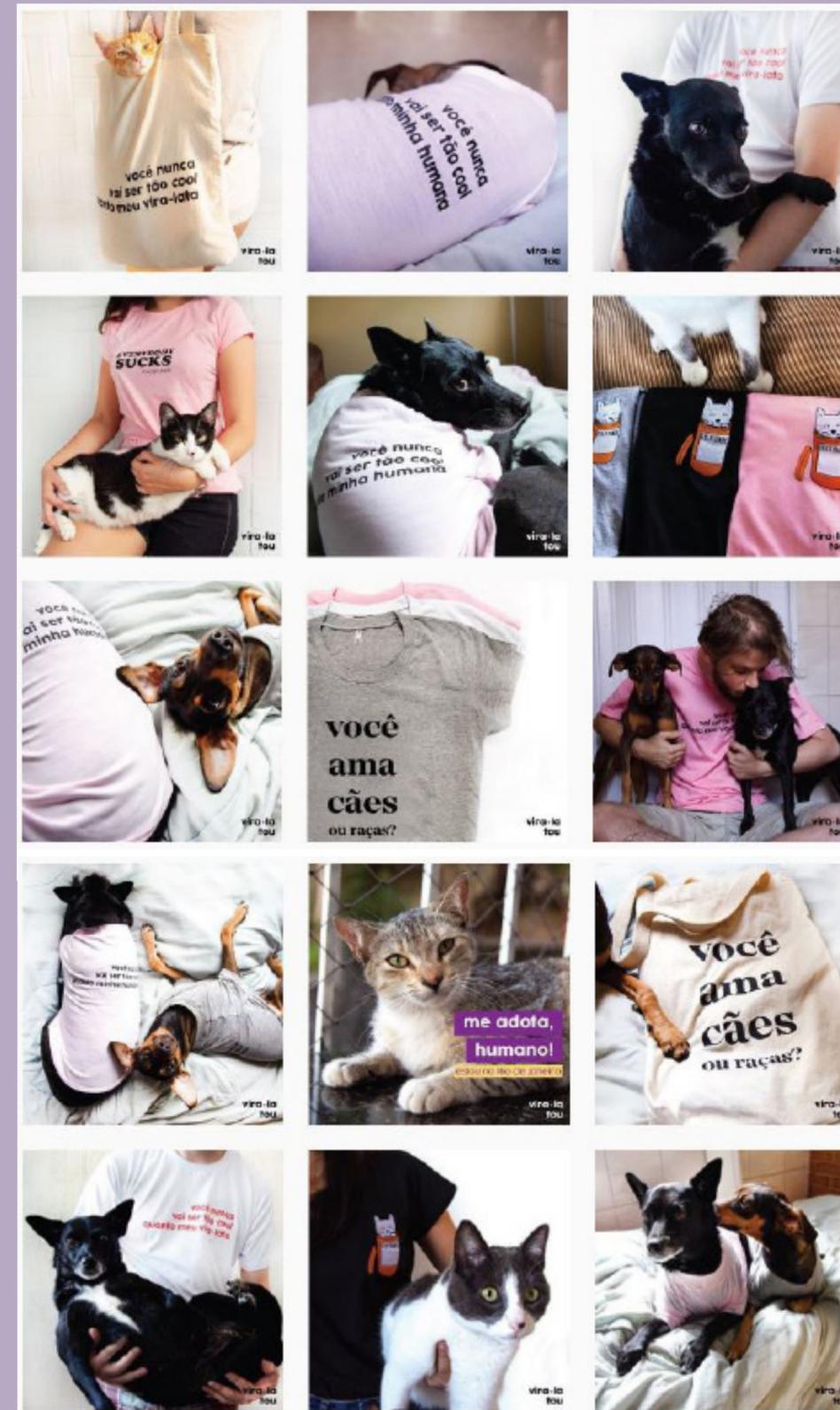
haveriam canis e gatis que lucram com procriação. Se não houvessem canis e gatis, o número de animais abandonados diminuiria muito”, explica. Outro aspecto relevante citado por Camila é a negligência na hora de castrar animais. Muitos donos não castram seus bichinhos, gerando crias indesejadas que são abandonadas nas ruas. A publicitária enfatiza também uma situação muito comum: o abandono do animal no momento em que o dono precisa mudar de imóvel. “Há uns anos, saiu uma pesquisa realizada pelo Ibope, onde mais de 50% dos tutores de cães e gatos afirmaram que não levariam seus animais consigo, caso precisassem se mudar. O brasileiro age por impulso quando adota, ou compra, um animal, e tem baixa propensão a mantê-lo. Por isso, tantos animais são abandonados diariamente”, aponta. Camila, que é ovo-lacto-vegetariana - que não consome carne, mas consome ovos e laticínios - incentiva a prática do vegetarianismo. “Para mim, nunca foi natural a ideia de que alguém precisasse morrer para que eu pudesse me alimentar”, conta. Se liberar dos padrões é, segundo ela, muito complicado quando a sociedade constrói essa dependência, mas assim como outras práticas foram impostas e superadas, a prática de consumo de carne também será.

Para denunciar maus-tratos contra animais, a Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da OAB-RJ disponibiliza o e-mail: cpda.oab@gmail.com. Também é possível fazer a denúncia ligando para a polícia no 190.

Para saber mais sobre a Vira-latou e ONGs de adoção, acesse o site: <https://viralatou.com.br/> e o instagram @viralatou.

Para saber mais sobre a Vira-latou e ONGs de adoção, acesse o site: <https://viralatou.com.br/> e o instagram @viralatou.

Para saber mais sobre a Vira-latou e ONGs de adoção, acesse o site: <https://viralatou.com.br/> e o instagram @viralatou.



# O lugar da mãe no mercado

## Chegada dos filhos é determinante para evasão feminina no mundo do trabalho

Bruna Vilar

O ditado popular diz que mãe é tudo igual e só endereço e nome mudam. Carol Miccolis, Giuliana Leopoldina, Luciana Martins e Nathasha Avellar talvez discordem. Mães e profissionais, essas quatro mulheres enfrentam dilemas parecidos para conciliar maternidade e mercado de trabalho – mas as semelhanças param por aí. Carol e Giuliana fazem parte do seletivo grupo de 70% de mulheres que conseguem voltar à ativa após o período de licença-maternidade garantido por lei. Luciana e Nathasha, não. O percentual é de uma pesquisa divulgada pela Catho, empresa de recrutamento online.

O levantamento ouviu mais de 10 mil mulheres e chegou à conclusão de que a evasão feminina tem um motivo claro: a chegada dos filhos. É que funcionárias tendem a abandonar seus cargos ou se afastar de empregos formais cinco vezes mais que homens na mesma condição. “É comum que algumas mães se vejam na situação de escolher entre maternidade e carreira”, analisa Katia Garcia, Gestora de RH de uma empresa de relacionamento inteligente. “Nessa hora, elas escolhem se dedicar aos filhos.”

Carol, de 30 anos, é mãe da Ana Luísa. No mercado de trabalho há mais de dez, a profissional de Comunicação Digital se sentiu insegura ao ter que anunciar para a chefe que estava esperando a primeira filha. “Para os colegas, foi bem legal contar que esta-



Cerca de 30% das mulheres que se tornam mães o mercado de trabalho segundo pesquisa

va grávida, mas a chefe era nova e bateu insegurança”, relembra. Na época, Carol já trabalhava há três anos na empresa em que atua até hoje – uwma Organização Não Governamental de ajuda humanitária.

Nalu fica na creche e Carol vai trabalhar. Ao todo, as duas conseguem passar cerca de duas horas juntas por dia com exceção dos finais de semana. “Isso é o que mais me entristece como mãe”, desabafa. Além de considerar esse tempo pouco e longe do ideal, ela se culpa por não conseguir estar tão presente quanto gostaria na vida da menina. “É muito difícil deixar um filho em casa”, comenta. “Dói não poder curtir cada minuto, cada detalhe do seu desenvolvimento.” O sentimento de culpa acompanha Carol quase todos os dias.

*“Dói não poder curtir cada minuto e detalhe”*

Carol Miccolis

Giuliana tem 22 anos e mora no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Há três no mercado de trabalho, a jovem é auxiliar de escritório em uma rede de sorvetes nacional. Assim como Carol, ela se sentiu desconfortável na hora contar sobre a gravidez para colegas e gestores. “Fiquei apreensiva no começo, mas depois foi bem natural”, relembra. “O gestor foi supergentil e compreendeu bem.” No total, ela ficou afastada por cinco meses: quatro referentes ao período de licença-maternidade mais um

de férias acumuladas.

Quando questionada sobre iniciativas do RH para apoiar mulheres grávidas, a mãe de Thomas afirma que a empresa e a impedia de fazer esforços ou qualquer tipo de atividade estressante. Em sua ausência, a jovem de 22 anos garante não ter sido incomodada com demandas de trabalho e só ter sido contatada para receber parabéns pelo nascimento do primeiro filho: “Fizeram até um chá de fralda lá

Mas o contrato era só “de boca”. “Não recebi benefícios, mas tinha liberdade de sair a qualquer momento para consultas ou exames médicos”, reitera. Mesmo sem o amparo legal, a mãe de primeira viagem avalia seu retorno ao mercado de trabalho como “tranquilo”. “Não me senti pressionada a voltar e fiz

tudo com muita calma e dedicação.”

Para ela, a maior dificuldade de retomar a antiga rotina é ficar sem dormir. Giuliana é a responsável por buscar o filho na creche, preparar o jantar e, às vezes, também lavar a louça. O resto das funções domésticas é dividido com o pai da criança, seu “namorado”, com quem ela mora junto. Conciliar a dupla jornada também é um problema para a jovem mãe, que se confessa se sentir sobrecarregada com a quantidade de trabalho que precisa desempenhar.

Em um dia normal, a moradora de Jacarepaguá sai de casa às 6h00 e retorna onze horas depois. “Fico com meu filho de 17h30 até ele pegar no sono e ‘mimir’, lá para as 21h”, diz. Como forma de driblar o pouco tempo que tem na companhia do filho, Giuliana conta “fazer mil coisas”. Antes, nos primeiros meses de volta ao trabalho, o sentimento de culpa a consumia: “Me sentia muito mal e com muita saudade. Ligava toda hora”.

Luciana Martins deixou o mercado por conta própria durante a gestação de sua primeira e única filha por problemas de saúde. Na época, ela trabalhava como recepcionista em uma clínica de exames de imagem. “Após o nascimento do bebê, percebi que voltar à ativa seria mais difícil do que eu tinha imaginado por conta das dificuldades para conciliar trabalho e maternidade”, relembra. Desempregada e com uma filha pequena, a mãe de Marianna diz ter notado a existência de certo precon-

ceito durante os processos seletivos – mesmo que restringir a contratação de mães não fosse uma orientação da empresa. Hoje em dia, aos 45 anos, Luciana é gerente regional de um banco.

Em todas as entrevistas de que participou, a pergunta “tem filhos?” se repetia. Essa é uma tendência em alta de acordo com pesquisa realizada pelo Vagas.com. Cerca de 70% das mulheres ainda escutam a pergunta “Você é mãe ou quer ser?” e são questionadas sobre planos de maternidade durante entrevista de emprego – o mesmo não se aplica a candidatos do sexo masculino.

Além de trabalhar oito horas diárias, Luciana lidava com a pressão de ser uma ótima dona de casa. “Havia uma cobrança que eu julgo ser fruto de uma sociedade machista”, afirma. “Durante anos, senti o peso dessa obrigação e me desdobrava para manter tudo em ordem, abrindo mão de horas de sono e lazer.” A exaustão provocada pela rotina intensa (e atrasos provocados por ela) representa 10% das dificuldades apontadas por mães em pesquisa da Catho.

Diferente de Luciana, Nathasha Avellar não esco-

lheu sair da empresa ao ficar grávida. A jovem é mãe de uma menina de onze meses e, no momento, busca recolocação no mercado – assim como 3,3 milhões de brasileiros segundo pesquisa do IBGE divulgada pela revista Veja. Aos 22 anos, ela afirma que o nascimento da primeira filha foi planejado junto com o marido. “Sabíamos que queríamos, fizemos planos, porém veio mais rápido do que esperávamos”, conta.

Durante a gravidez, a mãe de Maria Clara atuava como assistente de Departamento Pessoal em uma empresa de alimentos e se considerava economicamente estável: “Eu e meu marido trabalhávamos na época, então era bem tranquilo”. A notícia da demissão foi uma surpresa. “Meu antigo chefe me prometeu uma promoção e, quando voltei, a nova gestão estava diminuindo o quadro de funcionários.” Segundo a técnica de administração, não houve conversa nem tentativa de mantê-la dentro da empresa. “Eles disseram que não ficariam comigo e fim de papo.”

E Nathasha não está sozinha. Segundo pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2018, metade das mulhe-

res (48%) que voltam ao mercado de trabalho é demitida após o período de afastamento garantido pela licença-maternidade. Os dados mostram que as funcionárias do setor privado são desligadas de seus cargos em até 12 meses de retorno. Para o estudo, foram ouvidas cerca de 250 mil mulheres com idades entre 25 e 35 anos.

*“Eles disseram que não ficaram comigo e fim”*

Nathasha Avellar

Por lei, mães não podem ser demitidas até cinco meses após darem à luz – nesse intervalo, estão incluídos os 120 dias referentes à licença padrão que pode ser estendida por mais dois meses dependendo da empresa. É o chamado período de estabilidade. Na vida real, esse marco de cinco meses acaba funcionando como um período limite para demissão de funcionárias: foi o que aconteceu com Nathasha e outras mães na empresa em que ela trabalhava.

A taxa de desemprego entre mães amenta justa-

mente quando acaba esse período segundo a FGV. E esse fator afeta diretamente o plano de carreira das mulheres. “Muitas profissionais descobrem que perderam suas perspectivas de carreira ou que receberão menos do que antes por que precisam recomeçar a trajetória profissional”, comenta Tábita Laurina, gerente sênior da Catho.

“Sinto muita falta de trabalhar e não é só pelo dinheiro”, aponta a mãe de Maria Clara. “Gosto de lidar com pessoas e a falta da antiga rotina é bem difícil.” Sem renda própria e dependente do salário do marido, a jovem afirma enfrentar dificuldades na nova rotina. É ela quem

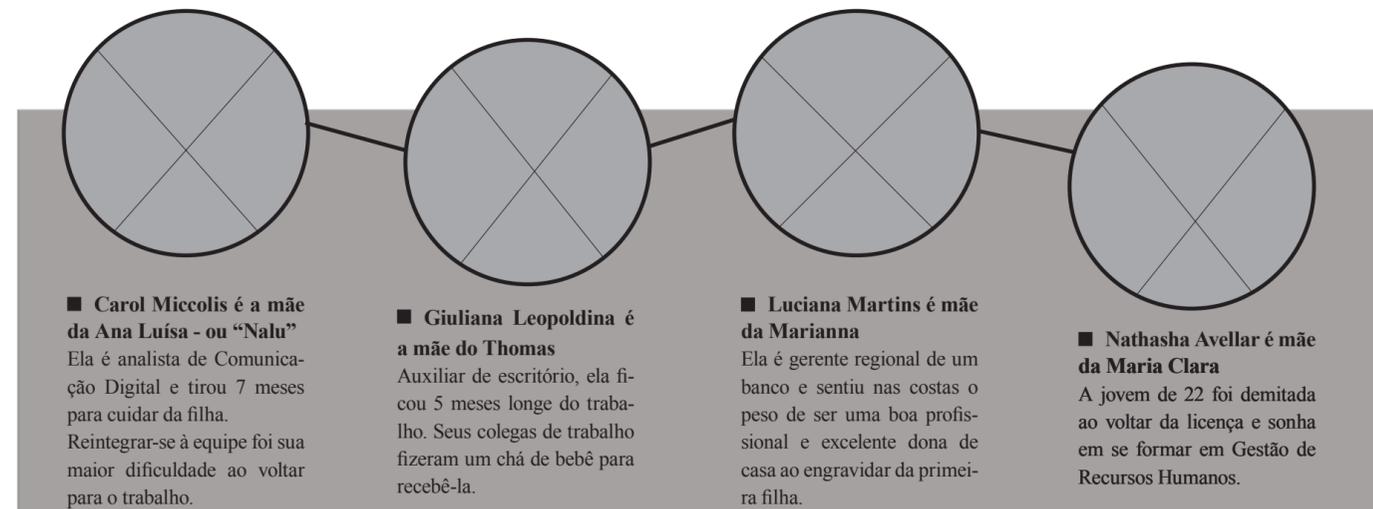
cuida do bebê, do serviço de casa e de qualquer outra tarefa que envolva a esfera doméstica. “Às vezes, me sinto sobrecarregada, mas não na correria como se estivesse trabalhando”, compra a profissional. “Conseguo fazer tudo sem pressa hoje em dia.”

Há seis meses fora do mercado, Nathasha participou de alguns processos seletivos e, segundo ela, a questão da maternidade sempre foi trazida à tona. Perguntada sobre a reação dos empregadores ao ouvir que ela tem uma filha,

a jovem diz que “alguns ficaram tranquilos, mas perguntaram se ela teria com quem ficar e se iria atrapalhar o horário de trabalho”. Para ela, ter filhos é um fator considerado negativo pelas empresas durante recrutamento.

Entretanto, discriminar uma candidata por ela ser mãe é uma prática ilegal de acordo com a Constituição Federal, que proíbe diferença de salário baseada em gênero, idade, raça ou situação familiar. “O mercado de trabalho atual precisa compreender que ser mãe permite que a mulher continue sendo uma excelente profissional”, reforça a especialista.

Nem sempre é fácil perceber a discriminação durante a entrevista. Por isso, Katia Garcia aconselha que a profissional destaque “como sua experiência pode favorecer a empresa e trazer entregas positivas – mãe ou não”. Habilidades adquiridas ou melhoradas após a maternidade como liderança, inteligência emocional e gestão de tempo são percebidas em dinâmicas e entrevistas segundo a expert. “Vale mencionar como o amadurecimento pessoal invade a esfera profissional.”



# O trabalho nos megaeventos

Como é a rotina de quem faz os eventos do Rock in Rio e Game XP

**José Augusto Bastos**

Em 15 de agosto de 1969, numa fazenda de gado leiteiro em um dos condados de Nova York ocorreu um evento que mudaria a história da música. Com 32 dos artistas mais conhecidos da época, o Woodstock virou o símbolo hippie e da liberdade jovem, fez com que 400 mil pessoas invadissem a cidade de apenas 2 mil habitantes e ficou marcado como um dos primeiros megaeventos do mundo. Cinquenta anos depois, esses festivais ficaram cada vez mais organizados, envolvendo milhares de trabalhadores temporários e voluntários para que tudo seja um sucesso. O que mudou no trabalho destes profissionais das mais diferentes áreas, desde o descontrolado e insano Woodstock até eventos como o bienal Rock in Rio?

O festival brasileiro, em sua edição de 2017, movimentou aproximadamente 1.4 bilhão de reais na capital carioca, com mais de 15 mil pessoas empregadas para a realização do evento e mil voluntários.

Em espaço inédito, agora muito maior, milhares de pessoas trabalham de forma indireta: na alimentação, equipe técnica, limpeza, funcionários do parque de diversões, entre outros. “Muito legal, mas muito cansativo”, disse Francisco Cocco, que trabalhou na área de pesquisa pela RioTur no evento. Sua função era fazer o perfil das pessoas no evento, principalmente se eram

da cidade, com o objetivo de pesquisar o impacto turístico do evento. Quando terminava o trabalho, tinha autorização para frequentar o backstage, que era praticamente do tamanho da Cidade do Rock, de acordo com Francisco.

Os funcionários tinham galpão próprio, passando na mesma entrada dos famosos, encontrando pessoas como o ator Caio Castro.

E não é só na indústria musical que os megaeventos se concentram no Bra-

sil: desde 2017, a Game XP estreou como um evento do Rock in Rio, estratégia para atrair público. Foi uma par-

“Além das áreas de atuação, tínhamos que ter o conhecimento do mapa”  
Luana Melo

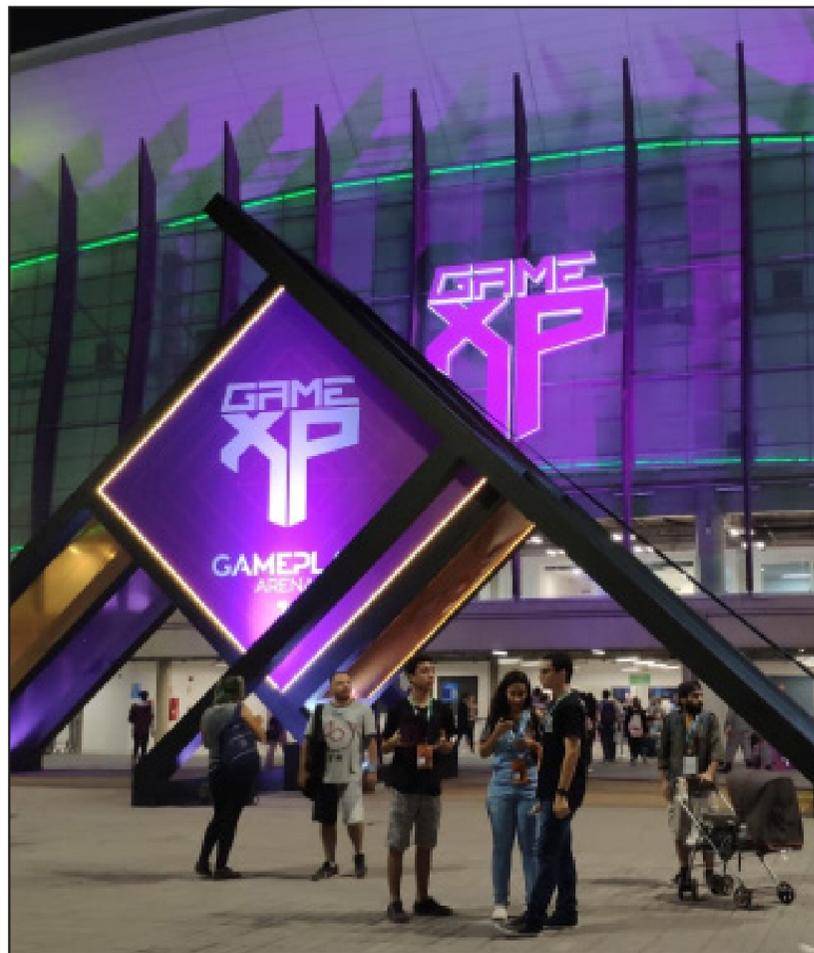
ceria com a organização da Comic Con Experience, a Game XP foi pensada para ser um dos maiores eventos de games do mundo. Atualmente 100 mil pessoas passam pelo local ao longo de quatro dias de evento, que agora é independente e já é considerado o maior evento gamer da América Latina, movimentando R\$ 82,3 milhões de reais. Drica Barbosa, que teve sua primeira experiência de trabalho na última edição, como credenciadora, assinou um

contrato temporário ao encontrar o emprego em um site de vagas. “Trabalhei numa escala de oito dias, de 8h às 17h. Recebi o salário de 450 reais, refeição no local e vale transporte.”

Nos dois eventos, um nascido do outro, os funcionários eram autorizados a aproveitar todas as atrações, desde que não fosse no horário de trabalho. A capacitação foi feita de forma superficial ou até mesmo inexistente.

Luana Melo, que trabalhou na GameZone da Game XP, se reuniu com todas as equipes um dia antes para assistir o treinamento. “Conhecemos a área do evento e a área específica de trabalho, onde ficaríamos. no dia mesmo do processo seletivo foi passado um vídeo explicativo de como era a “rotina” do staff. Além das áreas de atuação, tínhamos que ter um conhecimento do mapa para orientar os clientes na locomoção.” Para Drica, que começou a trabalhar três dias antes por ser do credenciamento, não houve treinamento.

De acordo com Luana, mesmo com o estresse, trabalhar em um megaevento foi incrível. “No penúltimo dia, disseram que a possibilidade de trabalhar no Rock in Rio era muito grande. Isso animou ainda mais a equipe”. Drica foi uma das trabalhadoras que teve essa chance. O ponto alto foi credenciar seu ídolo Drake: “Fazer a credencial dos artistas foi um sentimento único, saber que a entrada deles passou por mim é incrível”



Gameplay Arena da Game XP no Rock in Rio 2019, teve 4 mil m² e capacidade para 3 mil pessoas.

Foto de arquivo

# Tatuagem: Arte ou ofício

Apesar da popularização, artistas ainda não são vistos como profissionais

**Hugo Daflon**

Roupas de mangas longas, maquiagem pesada pra disfarçar. Não é raro ouvirmos histórias do esforço de algumas pessoas para esconder suas tatuagens com medo de um olhar torto, ou pior, uma demissão. Antes alvo de preconceito e vista como sinônimo de marginalidade, hoje as tatuagens estão estampadas nos corpos de artistas e jogadores de futebol. Com os anos os desenhos na pele passaram a ser enxergados como arte e se tornaram, em alguns casos, um artigo de luxo.

Apesar da evolução, o ofício do tatuador ainda é carente de regulamentação. Sem a existência de um sindicato ou de lei que defina as regras da profissão, os profissionais se dividem entre os que vêem como um caminho para conquista de direitos e os que acreditam que a regulamentação tornaria ainda mais difícil a entrada de novos artistas no mercado.

Eduardo Pimentel, tatuador há 7 anos, acredita que a falta de regulamentação é o que impede que o tatuador seja visto como um profissional de verdade. “Não existe algo que regulamentem um estágio para tatuadores, não existem cursos de formação que realmente certifiquem o estudante. Enquanto for assim a gente vai estar mais distante de ser visto com profissionalismo. A regulamentação é o primeiro passo para conseguirmos ir atrás de mais direitos”.

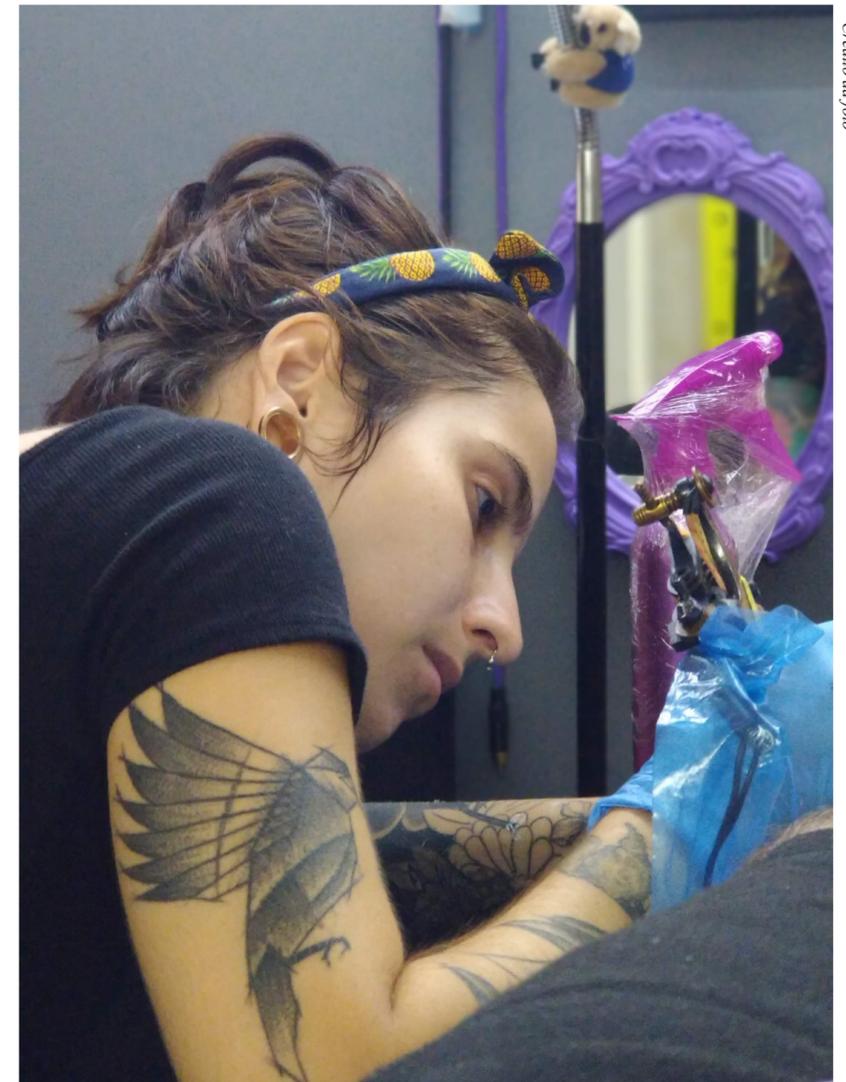
No Brasil ainda não há um órgão a nível nacional responsável pela defesa dos direitos dos tatuadores. Em

idades como São Paulo, porém, existem sindicatos locais. A falta de uma regulamentação jurídica da profissão abre espaço para esse desnível entre as cidades. Em outros países onde já há regulamentação da profissão a experiência não é vista como totalmente positiva.

Depois de um ano tentando a vida como tatuadora na Espanha, Thamara Prada, há 5 anos no mercado da tatuagem, tem uma opinião contrária. Segundo ela a regulamentação cria exigências que afastam novos profissionais do mercado. “Aqui existe o que eles chamam de Asociación de Micropigmentacion que seria uma espécie de sindicato para micropigmentação, mas que acabou incluindo tatuadores. Para tornar o mercado mais seguro foram criados cursos sem os quais você é proibido de tatuar. O problema é que um curso desse custa 300 euros e pra quem tá tentando começar uma carreira acaba sendo uma barreira a mais. Difícil muito.”

Bianca Reckman, aprendiz de tatuagem há 2 anos, considera a falta de orientação o principal desmotivador para novos tatuadores. “A falta de um mentor, além de desanimar a gente, acaba formando profissionais medíocres que não vão entregar trabalhos de tanta qualidade. O Brasil ainda não começou a olhar pra tatuagem com a atenção que ela merece.”

Atualmente, no Brasil, existem alguns cursos que pretendem ensinar tatuagem (desde técnicas de desenho, utilização de equipamento até noções de



Thamara Prada tenta carreira como tatuadora em Madrid, na Espanha, mas esbarra nas exigências.

“A regulamentação é o primeiro passo para conseguirmos ir atrás de mais direitos”

Eduardo Pimentel

higiene) com duração de cerca de 20h e custo médio entre R\$1500 e R\$2000 reais já com material incluso. A grande maioria dos profissionais em início de

carreira, porém, aprende na prática, contando com algumas “cobaías” mais corajosas e quase sempre acompanhadas de um profissional mais experiente. Durante esse período de supervisão o tatuador em treinamento é chamado de aprendiz.

A falta de regulamentação faz também com que não haja um valor de piso ou modelo de cobrança pelo serviço. Alguns profissionais cobram por hora de tra-

balho, outros estabelecem um preço para todo o processo. Os valores vão variar de acordo com a experiência do tatuador, o tamanho e complexidade do trabalho e, mais recentemente por conta das redes sociais, o quanto prestigiado é o trabalho do artista. Uma tatuagem (ou sessão) pode custar a partir de R\$150 - R\$200. Mas há também tatuadores que chegam a cobrar R\$600 por cada hora trabalhada.

Crédito da foto

# Artistas sem palco

Profissionais buscam alternativas à falta de espaço para música independente



Reprodução / Arquivo Pessoal

Músicos independentes se apresentam na Peña Cultural Auá, um espaço de resistência à falta de palcos para a circulação da música autoral no Rio de Janeiro

## Carolina Desoti

O Rio de Janeiro vivencia uma escassez de equipamentos urbanos de médio e de pequeno porte voltados para a música. Só no segundo semestre de 2019, dois centros culturais importantes fecharam - a Etnohaus e o The Maze Rio. A falta de espaço para a circulação de artistas é uma das questões que impactam negativamente o cenário cultural da cidade. Muitos dos espaços tradicionais que resistem estão sucateados. Autor do best seller A História Sexual da MPB, o jornalista Rodrigo Faour denuncia que “a sala Baden Powell era bem conservada e contava com uma programação excelente, mas atualmente está sucateada e ficou fechada durante

meses”.

Com o sucateamento dos espaços públicos voltados para a cultura, “para fazer um evento, o artista precisa alugar seu equipamento”, afirma o músico Arthus Fochi, diretor do selo Cantores del Mundo e idealizador do espaço cultural Peña Cultural Auá, em Laranjeiras. Esse gasto está fora do orçamento dos artistas que não participam do mainstream e estão em processo de formação de público. “Para uma cidade que tem poucas casas e lugares possíveis para escoar o trabalho, essa medida piorou significativamente o âmbito cultural”, reclama Arthus.

A cantora e compositora Angélica Duarte reclama que o Rio oferece poucos espaços para shows, e que

a “produção cultural da cidade é muito ruim”. Em sua opinião, não é só uma questão de crise, mas de falta de planejamento. A artista denuncia que a cidade carece de profissionais dispostos a atuar no fortalecimento da cena musical. Para a

“É preciso colocar em prática aquela frase bonitinha do meme ‘ninguém solta a mão de ninguém’”  
Jorge Lz

cantora, é preciso mudar a cultura competitiva para a colaborativa. “Os artistas precisam ser mais parceiros e menos competitivos, a competitividade não leva a gente a nenhum lugar”, critica.

Para Jorge Lz, curador do Festival Levada, que traz artistas independentes de todo o Brasil para tocar no Rio, as pequenas ações, como compartilhar o trabalho dos artistas nas redes sociais, colaborar com projetos que estejam em plataformas de financiamento coletivo e abrir o quintal para pockets shows com ingresso solidário, são medidas possíveis e que podem contribuir para a circulação da música independente. “É colocar em prática a frase bonitinha do meme ‘ninguém solta a

mão de ninguém””, conclui. O músico paraguaio-brasileiro Arthus Fochi está neste caminho desde 2015, ano em que decidiu abrir sua casa no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro, para receber apresentações musicais. Desde lá já foram produzidos 43 eventos no Peña Cultural Auá, como mais de 70 shows em que cada um paga o que pode, embora haja um preço sugerido. O espaço foi inspirado na Peña de los Parra, que foi gerida por Isabel Parra e Angel Parra no centro de Santiago do Chile. Era um local onde artistas populares, que tinham um trabalho de referência na música folclórica, e da chamada Nueva canción chilena, se encontravam e faziam recitais.

## “Atualmente não consigo me sustentar da minha arte”

Com formação em canto lírico pela Escola Municipal de Música de São Paulo (EMMSP), Angélica Duarte veio para o Rio estudar Música Popular Brasileira e Arranjo na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Mas, a artista não consegue arcar com todos os seus gastos mensais com o que ganha em seus shows e aulas de canto. A compositora afirma que já teve “autonomia financeira no passado”, mas desde que veio para o Rio “tem sido cada vez mais difícil”. Para complementar sua renda, Angélica conta com a ajuda dos pais.

A principal fonte de renda da artista são as aulas de canto que ela oferece em sua residência, no Flamengo. Pelas aulas avulsas, Angélica cobra R\$110,00. Se o aluno opta por pa-

gar a mensalidade no início do mês, o valor cai para R\$100,00. Logo que chegou ao Rio, há quatro anos, a compositora deu aulas na escola Rio Música, localizada no Flamengo. Recebia R\$28,00 pela hora aula, um “preço baixíssimo”, reconhece. Entre 2015 e 2016, ela foi professora substituta no Centro Musical Antonio Adolfo, recebendo R\$60,00 por hora aula. A escola repassava 40% da mensalidade para os professores. A cantora também ensinou no home estúdio de um docente do curso de Música da Unirio, que repassava aos professores 50% do valor pago pelos estudantes. Ela ganhava R\$50,00 a hora aula.

Em 2019 a artista fez sete shows, um em janeiro, três em março, dois em junho e um em novembro. Ela apresentou seu trabalho autoral no Teatro Café Pequeno, no Leblon, no Centro Musical

Artur da Távola, na Tijuca, na Peña Cultural Auá, em Laranjeiras, na Colab e na Etnohaus, ambas em Botafogo.

Dois dos sete shows realizados por Angélica neste ano aconteceram em teatros públicos. Nesse tipo de local, o cachê depende da bilheteria. “Então é preciso que o artista trabalhe pesado na divulgação, pois a feita pelos equipamentos não é ostensiva”, reclama. O preço da entrada inteira oscila entre R\$20,00 e R\$30,00. Há espaços que estipulam o valor e outros que aderem a sugestão do artista. Entre 10 e 40% do montante arrecadado na bilheteria fica retido para o teatro.

Para conseguir uma data para se apresentar nos teatros públicos cariocas, Angélica apresentou aos produtores dos locais um material contendo todas as informações do serviço. A artista alega que atualmente,

muitos desses equipamentos urbanos precisam ser locados, mas no período em que ela os utilizou, precisou pagar apenas R\$150,00 pelo serviço do técnico de som e luz do Teatro Café Pequeno, “um preço barato para essa atividade”, diz.

A cantora se apresentou em dois espaços que funcionam com contribuição voluntária, a Peña Cultural Auá e na Etnohaus. Esta fechou no segundo semestre de 2019. Ambos os espaços sugerem que o público colabore com R\$20,00. O montante arrecadado é dividido entre o artista e o espaço. Angélica denuncia que o modo de divisão estabelecido pela Etnohaus, “era injusto, pois além de não fazer uma boa divulgação, a casa ficava com uma porcentagem maior do que o artista”.

De todos os espaços em que Angélica se apresentou neste ano, apenas a Co-

lab ofereceu um cachê fixo por show. A princípio pagava R\$450,00 por um show de dois sets sem tempo mínimo ou máximo estipulado. Atualmente o valor caiu para R\$400,00. A Colab também incentiva que o público contribua com o que puder para aumentar o cachê do artista. Além do valor fixo, uma outra vantagem é que a Colab “atrai público por si só, então não demanda que o artista perca tanto tempo no trabalho de divulgação”, diz.

Diante das dificuldades de atuar no mercado de música autoral, Angélica afirma que as aulas de música “são a fonte de renda mais certa” e para ampliar suas possibilidades, a compositora pretende se inserir no mercado de arranjos, trilhas sonoras e eventos corporativos.



A cantora e compositora paulista Angélica Duarte veio para o Rio de Janeiro há quatro anos para estudar arranjo e música popular brasileira na Unirio

Reprodução / Arquivo Pessoal

# Quando o inimigo trabalha ao lado

Mulheres são maioria entre as vítimas de assédio no ambiente corporativo

Roanna Azevedo

“Você é peluda aí embaixo? E é loirinha como também é aí em cima?” Essa sequência de perguntas praticamente pornográficas foram feitas a Lívia Duarte pelo próprio chefe, pouco tempo depois que ela ingressou na empresa dele, há nove anos. Mas a situação vivida pela profissional carioca não é incomum: a maior parte das vítimas de assédio no trabalho são do gênero feminino, de acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho de 2018.

Esse tipo de violência é manifestada no ambiente corporativo de duas formas mais recorrentes, a moral e a sexual. Enquanto na primeira o funcionário é exposto a situações humilhantes ou constrangedoras repetitivamente por um superior hierárquico ou par, na segunda, o assediador se utiliza de contatos físicos forçados e sem o consentimento da vítima para tirar alguma vantagem ou causar medo, como consta no artigo 216-A do Código Penal.

E foi exatamente o que aconteceu com Lívia. Após uma temporada morando em Juiz de Fora, a analista administrativa voltou ao Rio de Janeiro para ficar mais perto do namorado e logo tratou de procurar emprego. Ela então foi chamada para uma entrevista em uma empresa de sistemas de informação. “De cara, o recrutador, que viria a ser meu chefe, perguntou se eu tinha namorado e se ele era ciumento, porque a mulher que estava deixando a vaga tinha um ‘marido maluco’”,



Mais de um terço das mulheres já sofreu algum tipo de assédio sexual no ambiente de trabalho, segundo pesquisa realizada pela Talenses

conta a carioca, que não percebeu nada de esquisito na situação, em um primeiro momento.

Mais ou menos uma semana depois, Lívia começou a trabalhar no setor administrativo da empresa e logo estranhou o comportamento do chefe. “O linguajar dele era muito chulo, ele falava vários palavrões e só se referia às mulheres como ‘putas’. Todas eram vagabundas para ele”. Aos poucos, as declarações inconvenientes se voltaram contra a profissional e uma de suas colegas de trabalho. “Ele nos chamou para acompanhá-lo ao motel. Falava que tinha fantasias sexuais com nós duas juntas. Mandava conteúdo pornô por e-mail e dizia também que, se eu viajasse com ele, meu salário poderia aumentar.”

Com o tempo, os episódios de assédio foram deixando Lívia cada vez mais

desconfortável. “Sempre que ele me convidava para ir até a sala dele, eu entrava em desespero.” Até que a situação se tornou insustentável, e a moça desenvolveu depressão, ficando

*“Sempre que ele me convidava para ir até a sala dele, eu entrava em desespero.”*

Lívia Duarte

de licença por três meses. “Eu estava muito mal. Não tive como denunciar porque ele era o sócio majoritário da empresa e se aproveitava disso para fazer coisas absurdas com as mulheres.

Além disso, um funcionário do RH escondia tudo o que ele fazia para a esposa não descobrir”, relembra.

Assim como Lívia, muitas vítimas de assédio não contam o que sofrem ao departamento de Recursos Humanos da empresa. Para Marta Alves, advogada especialista em Direito do Trabalho, essas pessoas têm medo de perder o emprego. Algumas tentam até mesmo um remanejamento de setor.

No caso da profissional carioca, quando o período de licença acabou, ela não conseguiu retornar ao trabalho, sendo demitida. Logo depois, foi encorajada pela colega que também era assediada a processar o ex-chefe.

Hoje, depois de ganhar a causa na Justiça e conseguir emprego em outra empresa, Lívia é mãe de dois filhos e dona de casa. Mas ela ainda pretende voltar ao mercado de trabalho,

quando o caçula crescer mais um pouco: “Faz muita falta”.

A pena para o crime de assédio sexual no Brasil é de um a dois anos de prisão. Após receber a denúncia, o Ministério Público do Trabalho inicia uma investigação e apura administrativamente se a empresa praticou alguma conduta irregular. “Se isso for comprovado, a companhia tem a oportunidade de adequar suas práticas e coibir as irregularidades verificadas”, explica a advogada. Mas, caso ela não cumpra o acordo, é obrigada a pagar uma indenização por dano moral coletivo.

O caso de Carolina Werner é um pouco diferente. A estudante de publicidade sofreu outro tipo de assédio: o moral. Há dois anos, ela começou a estagiar em uma empresa pequena, fazendo um pouco de tudo, desde

postagens em mídias so-

ciais até tarefas administrativas. Tudo corria bem, até que a chefe passou a tratá-la de maneira agressiva. “Era patológico, ela gostava de elevar o tom de voz e reclamar de tudo o que eu fazia. Depois, vinha com chocolates e cremes importados como se fossem pedidos de desculpa.”

Até os problemas de contratação viravam motivo de reclamação para constranger Carolina. Como a firma tinha acabado de entrar no mercado, não havia outros funcionários, apenas ela e a proprietária. Dos seis meses que permaneceu na empresa, a jovem trabalhou por quase quatro sem ter nenhum documento formal assinado. “Eu pensava que todos os empregos tinham prós e contras e ela, pelo menos, me pagava em dia. Eu precisava do dinheiro”, explica.

Denunciar a conduta inadequada da chefe foi uma impossibilidade para a futura publicitária. “Não havia um departamento de RH na empresa, mas ela tinha uma parceria com outra companhia de administração/contabilidade para lidar com burocracias que quase não ajudava em nada.” A solução que a jovem encontrou na época foi abandonar o estágio: “Consegui outro melhor e saí o mais rápido que pude”.

As histórias de assédio de Lívia e Carolina têm um ponto em comum determinante: a ineficiência — ou inexistência, no caso da estudante — do setor de Recursos Humanos de ambas as empresas. De acordo com Marta, ferramentas de compliance, como códigos de ética, canais de comunicação confidencial e treinamento com os gestores sobre como identificar e coibir a prática, são fundamentais. “É preciso que os empregados se sintam confortáveis

em denunciar. A empresa deve divulgar internamente que repudia essa conduta, que a fiscaliza e pune.”

Os impactos dos abusos que sofreu do antigo chefe estão presentes na vida de Lívia até hoje. “Eu ainda tomo remédio controlado para a depressão. Nunca consegui parar de tomar, só durante as vezes em que fiquei grávida.” Apesar de ter feito questão de não manter nenhum conta-

*“Ela gostava de elevar o tom de voz e reclamar de tudo o que eu fazia. Era patológico.”*  
Carolina Werner

to com seu assediador, ele a seguiu no LinkedIn, rede social voltada para o mercado de trabalho, anos depois do acontecido e, desde então, ela nunca mais entrou no próprio perfil. “Quando vejo alguém parecido com ele, fico em pânico. Tenho pavor dele”, diz.

Segundo a psicóloga Michelle Ralil, os traumas desencadeados por assédio tendem a ser mais graves quando a pessoa foi vítima de assédio sexual. Ela explica que esse tipo de crime é invasivo e afeta questões íntimas, como o próprio corpo. No caso de Carolina, a autoestima da jovem foi a grande afetada. “Minha antiga chefe me proporcionou sentimentos muito ruins. Mas tudo na vida é temporário, esse trabalho e como você está se sentindo, também. Foque sempre em se tornar uma profissional melhor; seja ética, tenha respeito e humildade.”

## O QUE IDENTIFICA O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO?

- ATRIBUIR TAREFAS QUE NÃO SÃO DA COMPETÊNCIA DA VÍTIMA
- CRITICAR OU SE INTROMETER NA VIDA PRIVADA
- ISOLAR A PESSOA ASSEDIADA
- DESCONSIDERAR PROBLEMAS DE SAÚDE
- INVENTAR E ESPALHAR BOATOS
- ALTERAR O TOM DE VOZ, AMEAÇAR OU AGREDIR

## O QUE IDENTIFICA O ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO?

- CONTATO FÍSICO NÃO DESEJADO
- PIADAS DE NATUREZA OBSCENA
- INSINUAÇÕES E AMEAÇAS, INCLUSIVE IMPLÍCITAS
- CONVITES INCONVENIENTES
- SOLICITAÇÃO DE FAVORES SEXUAIS
- CONVERSAS INDESEJÁVEIS, ESCRITAS OU FALADAS, SOBRE SEXO
- CHANTAGENS PARA PERMANÊNCIA OU PROMOÇÃO NO EMPREGO

# Vendedores informais de cafézinho são patrimônio popular carioca

Crise econômica e desemprego levam brasileiros a recorrer a alternativas de trabalho na rua, de olho numa clientela que acorda cedo para pegar o ônibus

Maria Luiza Lyra

São 4h da madrugada de segunda-feira. Vindos de uma festa no domingo, alguns jovens sentam à mesa da loja de conveniência do Posto Ipiranga na Avenida das Américas no Recreio dos Bandeirantes, enquanto dividem latinhas de cerveja e papeam despreocupados. A dois quarteirões dali, Vanessa dos Santos Cavalcante desembarca de um BRT cheio, munida de suas garrafas térmicas e potes com lanches a serem vendidos na esquina. O seu dia começa, na realidade, cerca de três horas antes, em Pedra de Guaratiba, também na Zona Oeste do Rio. Vanessa se levanta a 1h em ponto para coar o café e preparar os produtos a serem vendidos no bairro vizinho. Não é a única a viver esse tipo de rotina. Enquanto o sol nem nasceu e a maioria dos trabalhadores formais ainda dorme, vendedores de café já estão a postos em suas barraquinhas informais nas esquinas de toda a cidade.

José Raimundo, cujo sobrenome não foi informado, é um desses a enfrentar essa rotina autônoma, mas muito cansativa. À exceção dos domingos, vai todos os dias de bicicleta ao local onde vende seus lanches e, é claro, o tão querido caféquentinho, preparado sempre antes das 2h30. Cerca de oito meses atrás, após enfrentar uma longa internação por razões médicas e a preocupação diante do desemprego, resolveu trabalhar na rua de maneira independente, aproveitando o espaço que, até então, estava livre. “A gente precisa



Fotos: Maria Luiza Lyra

Fiel à rotina de trabalho, José Raimundo acorda às 2h30 até mesmo sem despertador e vai de bicicleta ao ponto que ocupa há nove meses

comprar o nosso pão de cada dia”, explica.

Se o carro-chefe das vendas de José Raimundo é o café, o de Vanessa, sem dúvidas, é o bolo de aipim. “Hoje eu nem ia pedir o bolo, mas agora que você perguntou, me deu vontade e já vou comer”, diz Maria Aparecida. “Minhas clientes reclamam que eu não deixo ninguém emagrecer... Tenho nada a ver com isso!”, brinca Vanessa. Mas esse certamente não é o seu único sucesso de vendas. Se depender de Valdecy, cliente mais do que fiel, ao menos o “pequeno lanchinho”, como chama a generosa fatia de empadão

“A gente precisa comprar o nosso pão de cada dia”  
José Raimundo

que pede diariamente junto ao café antes de iniciar a jornada no trabalho, está garantido todos os dias. “E só venho de segunda a sexta porque infelizmente Vanessa não vem sábado e domingo.” Apesar de clássicos como o café com leite serem praticamente mandatórios nesses pontos, alguns

chamam atenção por certos diferenciais. O de Inácio é um deles: ali são vendidos, além de doces e biscoitos, cigarros a varejo.

A proximidade com os clientes é qualidade comum a todas as barraquinhas. Vanessa confessa que, em seu primeiro dia de vendas, sete anos atrás, lucrou apenas R\$12, pois as pessoas pareciam ter certa desconfiança. “Olhavam com estranheza, ficavam na dúvida até me conhecer mais a fundo”, lembra. Hoje, porém, além de frequentadores fiéis, ela também coleciona com carinho grandes amizades. “Muitos até precisaram ir embora, mas mantivemos

contato e continuamos amigos.”

Esse parece ser o segredo para manter uma boa clientela. Há 25 anos ocupando o mesmo espaço, Manoel Silva também foi responsável por cultivar relações de companheirismo e afeição. É ali, na altura do mercado Zona Sul, na Gláucio Gil, também no Recreio, que Rosângela e Josielma param todos os dias por volta de 7h30 para colocar a conversa em dia. “Às vezes eu me atraso para o trabalho porque fico aqui de papo”, confessa Rosângela. Sentadas em banquinhos de plástico enquanto lancham um salgado e um copo de

café, as duas freguesas, que se conheceram no próprio local, avisam que existe até piada interna: “Aqui é a boca da vaca!” Elas explicam: “boca do boi” é o nome que se dá popularmente a um ponto onde se vendem bebidas alcoólicas.

Já que a banca de Manoel está sempre cercada por muitas mulheres, apelidaram-na de “boca da vaca”. Para Manoel, não restam dúvidas de que esse não é um trabalho fácil. Mesmo transportando as mercadorias em seu carro, diz ser cansativo arrumar todas as coisas a serem vendidas. O esforço, no entanto, é compensado: “A melhor parte é isso aqui, ó (gesticulando com o dinheiro).”

Já Inácio, que não informou o sobrenome, costumava administrar um bar na praia, próximo ao posto 12, que acabou “não dando certo”. Resolveu, então, montar a própria barraca na Avenida Gláucio Gil, onde está até hoje. Ele lamenta a queda que tiveram seus lucros há algumas semanas quando precisou deslocar sua barraca, até então ocupando o lado oposto ao atual da avenida, devido à reclamação de moradores de uma casa próxima. Há seis meses no mesmo ponto, ele estima que fatura, em média, R\$130 por dia.

Ele acredita que o pior aspecto desse tipo de ocupação seja estar sozinho na maior parte do tempo, além do sentimento de “apriionamento” por não ter condições de pagar alguém para substituí-lo na função quando necessário.

Essa dependência financeira de um rendimento

incerto é um drama frequente na rotina de muitos dos vendedores informais. Em dias chuvosos, por

“Minhas filhas já vieram trabalhar aqui comigo e não têm vergonha nenhuma de me ajudar na hora da necessidade”  
Vanessa dos Santos Cavalcante

exemplo, o movimento diminui drasticamente e, com ele, boa parte dos lucros – Vanessa diz que há dias em que, em razão do tempo, chega a faturar R\$120 a menos do que o de costume.

E vale faltar quando chove? “Não! É compromisso”, defende José Raimundo. “Eu venho de segunda a sábado e só vou embora quando vendo tudo”. Otimista, ele não enxerga nenhum aspecto ruim em seu ofício. “Trabalhando na rua a gente pode conhecer pessoas ruins ou boas. Até hoje, graças a Deus, só veio gente boa.”

Dividindo-se entre as vendas e outro emprego como faxineira, Vanessa

também fala do ofício com esperança. Visando maior flexibilidade, sua grande preocupação sempre foi

“E olha que eu só venho de segunda a sexta porque infelizmente Vanessa não vem sábado e domingo”  
Valdecy

estar presente na vida das duas filhas, cujo pai é ausente e divorciado da mãe desde a gravidez.

Ao dispor de certa autonomia sobre os horários de trabalho, pode estar junto a elas quando estão doentes, acompanhá-las a médicos e participar de eventos escolares, por exemplo. “Isso aqui me ajuda a pagar as minhas contas, ter minhas ‘coisinhas’ e dar uma vida digna para a minha ‘dupla dinâmica’. Hoje eu moro sozinha com as minhas filhas, sou o pai e a mãe delas. Já vieram trabalhar aqui comigo e não têm vergonha nenhuma de me ajudar na hora da necessidade.”



“Roubo até a cadeira dela!”, brinca Valdecy ao comentar a amizade que, em poucos meses, já formou com a vendedora Vanessa

# O lado bom e o lado ruim de ser guardador de vagas no Rio

“Eu sou o que sou hoje por causa do trabalho” afirma Cléber Conceição, que ganhou amigos organizando o estacionamento na Rua Barão de São Borja, no Méier

Caio Ramos

O despertador toca. No relógio, marcam 5h30 da manhã. Da janela do quarto, Cléber Conceição, de 47 anos, avista o céu ainda escuro. Enquanto os filhos dormem por mais um tempo, Cléber e sua esposa Silvia começam a rotina de mais um dia. Cada um na sua: ele no chuveiro, ela na cozinha. Já de banho tomado e barriga cheia, Cléber acorda os pequenos para ir à escola. O mais velho, Wendrel, de 13 anos, é quem demora mais para despertar. Ruan, o caçula de 9 anos, não perde tempo se vestindo e ainda aproveita para brincar com os gatos antes de sair.

Cléber e sua família moram há seis anos na comunidade Camarista Méier, uma das mais antigas na Zona Norte da cidade do Rio, localizada no bairro Engenho de Dentro. Para chegar até a escola, no Méier (bairro vizinho), são necessárias duas conduções e mais alguns minutos de caminhada. “Levar o Wendrel e o Ruan para a escola é muito bom porque eu aproveito para acordar e aquecer os motores antes de ir trabalhar. A rua onde meus filhos estudam, Cônego Tobias, é uma ladeira, então subir aquilo tudo me ajuda a perder o sono.” Depois da parada, Cléber encara uma caminhada de 700m até a Rua Barão de São Borja, onde trabalha como guardador de vagas a serviço da prefeitura do Rio. “É um trabalho que não rende muito, mas é um trabalho digno. Eu cobro a taxa fixa estabelecida pela prefeitura: 2 reais a cada 2h. Ao fim do

mês, ganho pouco mais de 900 reais, trabalhando de segunda a sábado, das 8h até 17h. Melhor isso do que ganhar dinheiro fazendo o que eu fazia antes ou indo pelo caminho errado.” Cléber começou a trabalhar aos 13 anos como ajudante de pedreiro, no caso, ajudante de padraço, o Sr. Antônio Pedro Gonçalves, com quem logo cedo estabeleceu uma relação de pai-filho. Na infância, Cléber já participava ativamente de pequenas obras e “puxadinhos”.

Aos 14, foi empregado por uma firma prestadora de serviços de construção, a mesma em que seu padraço já trabalhava.

Pelo trabalho, Clebinho, como era chamado, largou a escola na 3ª série e jamais pôde retomar os estudos. Mesmo sem terminar o ensino básico, afirma que não foi algo tão ruim assim. “Dou graças a Deus por ter começado a trabalhar cedo. Foi colocando a mão na massa que eu me afastei das más influências, do tráfico de drogas, das armas. Hoje, infelizmente, não é mais assim. Tudo culpa daquele Siro Darlan”, esbravejou.

Ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Siro Darlan foi o principal articulador da Lei de Aprendizagem sancionada em 2000, que endureceu o Estatuto da Criança e do Adolescente e restringiu as práticas de trabalho infantil no país. Daquele ano em diante, menores de 16 anos não poderiam trabalhar sob as mesmas exigências e condições que um trabalhador comum, acima dos 16 ou maior de idade. Entretanto, a partir dos 14, crianças e jovens ainda tinham o direito



Cléber Conceição auxilia mais de 200 motoristas por semana, o que renderia R\$ 1.600 por mês, mas os calotes e os gastos diários com passagens de transporte público e alimentação reduzem seu “salário” para apenas R\$ 900

*“Se eles tivessem a oportunidade de trabalhar desde os 14 anos, como eu tive, podia ter sido diferente”*

de se vincular com empresas através de contratos de aprendizagem, responsáveis pelo desenvolvimento teórico e prático.

De cabeça baixa, Cléber seguiu lamentando e lembrou os casos de Claiton e Kassiano, filhos de seu primeiro casamento, que acabaram sendo mortos em confrontos com a polícia. Claiton morreu quando tinha 17 anos e Kassiano, dois

anos depois, aos 15. “Eu bem que tentei avisar que era um caminho sem volta, mas não foi o suficiente. Se eles tivessem a oportunidade de trabalhar desde os 14 anos, como eu tive, podia ter sido diferente.”

Passados alguns anos de experiência como pedreiro, Clebinho, à época com 26 anos, recebeu ajuda de seu primo para entrar no ramo de guardador de vagas. “Registra daqui, registra dali, vai no Ministério do Trabalho, vai na Prefeitura, tira o ‘nada consta’. No início foi uma loucura, mas depois de alguns meses, eu caí aqui e não saí mais!”

Para identificar Cléber Conceição não é preciso muito esforço, basta percorrer com os olhos as duas calçadas da Barão de São Borja até encontrar um homem alto, de boné, camisa

azul escura com detalhes amarelos fluorescentes, crachá e caneta pendurados, calça cumprida, tênis, relógio no pulso e uma bolsa. Cléber trabalha nesta mesma rua há mais de 20 anos. Ao longo do tempo, cultivou amizades, histórias e momentos marcantes com motoristas, moradores e trabalhadores da região.

“Gentil”, “Muito educado”, “Bom coração”, “Esse é balhador de verdade” são algumas expressões referidas ao Guardador de São Borja. Do gari Tinoco ao Dr. Orlando Gonçalves, do compositor Hélio Delmiro à Gerente do curso de inglês Angela Morgado. Não é difícil encontrar quem elogie Cléber Conceição, “mas volta e meia a gente se esbarra com uns caras que estão virados do avesso.”

Em um sábado qualquer,

um carro estacionou perto de uma amendoeira no final da rua. Dentro dele, um senhor de 50 e poucos anos, já com cabelos brancos, começava a “cheirar pó”. Sem perceber a cena, Cléber se aproximou, mas antes que pudesse dizer bom dia e entregar o ticket do estacionamento, viu-se de frente para um cano preto de um revólver. “O que você veio fazer aqui?” perguntou o homem. “Eu já matei um monte de vocês lá na Zona Sul, pra matar mais um, não custa”, ameaçou. “Calma, chefe, só vim aqui fazer meu trabalho, se o senhor não quiser pagar, não precisa” contemporizou.

Sem motivo aparente, o homem bateu a porta do carro e saiu bufando. Minutos depois, retornou. Parecia meio perdido, mas na verdade estava à procura de Cléber, que, na outra ponta

da rua, atendia um motorista. Assim que percebeu a chegada do estranho, o guardador se manteve firme e esperou. “Toma aqui.” Era uma nota de 10 reais. “Isso aqui é por você ter sido tão gentil. Você nem se assustou com a arma?!” Ainda sem entender a situação, Cléber riu de nervoso, aceitou o dinheiro e continuou a conversa.

Situações como essa refletem a animosidade esporádica nas relações entre guardadores e motoristas. “Muita gente acha que somos oportunistas, que estamos ali para garantir o dinheiro e fazer vista grossa.” Quase politicamente, Cléber explicou as diferenças entre um profissional e um verdadeiro oportunista, os chamados “Flanelinhas”. “Para início de conversa, tem que ter isso aqui”, disse apontando para

o crachá. “Existe toda uma regulamentação sobre a nossa função aqui nas ruas. Temos sindicato, somos reconhecidos pela prefeitura, tudo dentro da lei.”

Desde 1975, quando a Lei Nº 6.242 foi sancionada, as profissões de guardador e lavador autônomos de veículos foram regularizadas no país. “É claro que tem muita gente, mesmo autorizada, faz algumas coisas erradas, cobra mais caro, falsifica o talão. Tudo isso acaba manchando a reputação daqueles que andam na linha.”

Apesar dos pesares, Clebinho exibe seu largo sorriso a cada saudação que recebe e diverte qualquer um que pare por uns minutos para jogar conversa fora. A simpatia e a humildade atraem como imã boas risadas e, por vezes, certos favores,

que vão desde o uso do banheiro até regalias de fim de ano. Mas sem dúvidas, o maior dos favores recebidos por Cléber foi protagonizado pela “filha da Dona Maria”, que foi além de um Panetone de Natal. Muito além.

Era agosto de 2018. Silvia (esposa de Cléber) havia acabado de ser diagnosticada com câncer de mama. Com o prontuário nas mãos, restava esperar na fila por uma vaga na mesa de cirurgia. Além da óbvia preocupação com o desenvolvimento do tumor, Silvia e sua família tinham outro motivo para lamentar: apenas 6 em cada 100 pacientes com câncer de mama no estado do Rio eram atendidas dentro do prazo previsto pela Lei dos 60 dias, segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Mastologia.

Em vigor desde 2013, a Lei dos 60 dias determina que o paciente dê início ao tratamento em, no máximo, dois meses após o diagnóstico e atualização do prontuário no Sistema Único de Saúde (SUS).

Surge, portanto, a figura de Dona Maria, que no caso, trata-se de Maria Alcina, célebre artista portuguesa, que esbanjou seu talento ao longo da segunda metade do século XX e promoveu o gênero do fado no Brasil. Hoje, já aos 80 anos, Maria Alcina mora no número 50 da Rua Barão de São Borja, uma casa luxuosa que mal pode ser vista pelo lado de fora devido ao muro de pedras de quase três metros de altura. Do lado de fora da fortaleza, em uma das interações entre a cantora e o guardador, o assunto sobre o câncer veio à tona

Já próximo das 17h, Cléber, ainda de uniforme, faz o caminho de volta para casa com um ônibus da linha 247, que o leva até a entrada da comunidade Camarista Méier, depois, Cléber pega carona na “kombe do Baiano”, o motorista oficial da comunidade. “Bora, Baiano, tá na hora de descansar!”

e Maria Alcina não pensou duas vezes antes de acionar seus contatos. “Ao longo da vida, sempre fui uma pessoa bem-relacionada e as pessoas que apareciam nos shows e viam falar comigo, logo se tornavam contatos importantes” explicou.

Dois ou três telefonemas entre Dona Maria, sua filha, psicóloga, que preferiu se manter em anonimato, e outros contatos foram suficientes para que Silvia agendasse uma operação no Hospital Mário Kroeff, referência no procedimento cirúrgico de remoção do câncer de mama, no bairro da Penha Circular, na Zona Norte. A operação aconteceu em dezembro e forçou a retirada do seio direito de Silvia para que fosse bem-sucedida.

De volta ao presente, horas depois de ter preenchido seu primeiro talão, Cléber recebe a visita de Silvia (que leva uma marmita para o almoço do marido), Wendrel e Ruan que, acompanhados pela mãe, saem da escola por volta das 14h. No reencontro, é a mãe quem puxa o assunto com os meninos: “E a escola? Tudo certo nas aulas hoje? Com a ponta da orelha, Cléber tenta prestar atenção na conversa dos filhos sem tirar os olhos da rua. “Tudo bem, mãe, nada demais”, diz Wendrel. “Comigo também”, segue Ruan.

Já próximo das 17h, Cléber, ainda de uniforme, faz o caminho de volta para casa com um ônibus da linha 247, que o leva até a entrada da comunidade Camarista Méier, depois, Cléber pega carona na “kombe do Baiano”, o motorista oficial da comunidade. “Bora, Baiano, tá na hora de descansar!”

Foto: Caio Ramos

# Um contrato virtual

Criadores de conteúdo contam os riscos e felicidades de trabalhar na internet



O criador de conteúdo Luan Godinho Fernandes e o fotógrafo Carlos Eduardo Andrade contam sobre diferenças entre o mercado de trabalho formal e o digital

## Beatriz Lopes

“Eu conheci o mundo através do Instagram”, diz o fotógrafo Carlos Eduardo Andrade, 24 anos. O carioca começou, em 2016, expondo seu trabalho nas redes e hoje tem mais de 22 mil seguidores. Foi no Instagram que conseguiu a maioria de seus trabalhos antes de se firmar no ramo. Apesar de ter conquistado estabilidade financeira, quando começou, Carlos Eduardo tinha medo de ficar sem trabalhar e não conseguir pagar as contas ao final do mês. Para ele, esse é o maior risco de apostar nessa nova forma de trabalho: não ter um salário fixo e depender da demanda do mercado sem ter nenhum tipo de apoio. “Outra dificuldade que ele encontra na internet é a grande concorrência, pois isso, no mercado digital é

necessário estar constantemente em evidência, é preciso inovar, sempre se lançar no mercado e ser a pessoa que consegue fazer coisas que ninguém faz”.

O criador de conteúdo, para o aplicativo TikTok, Luan Godinho Fernandes, 27 anos, também compartilha desse medo, para ele, apostar no mercado virtual é um tiro no escuro, uma vez que não se sabe quanto irá receber e se ainda terá um contrato nos próximos meses. “Tudo é um grande ‘não sei’. Tudo depende de mim, se eu posto muito, se eu entrego um trabalho de qualidade, se a marca ou empresa gosta do meu conteúdo, tudo depende. Caso isso não aconteça, eu simplesmente não recebo. Então, para continuar dan- do certo no mercado digital como criador de conteúdo, sempre tenho que dar meu

**“O risco é ficar sem trabalhar mesmo, não conseguir fechar a conta no final do mês”**

Carlos Eduardo Andrade

melhor todo dia, porque eu sou meu próprio chefe.”

Já sobre o lado bom de trabalhar na internet, os dois também tem ideias parecidas. Para Carlos Eduardo, o que mais atrai nesse mercado é a liberdade. Ele diz que, apesar de trabalhar todos os dias, e muitas horas por dia, cada dia está em um lugar diferente fazendo algo diferente. Luan também concorda que a melhor parte é a liberdade: “Eu sou

livre para mostrar meu trabalho sem precisar enviar um currículo antes. Meu currículo é a rede social, onde posto meus vídeos. Ninguém precisa me aceitar em uma empresa para eu mostrar meu melhor talento. Eu simplesmente faço e posto”.

Porém, a liberdade não é o único atrativo desse novo mercado de trabalho. “A maior diferença é a versatilidade de trabalho. No mercado digital, sendo um criador de conteúdo, eu crio meu próprio horário, eu sou meu próprio chefe”, comemora, que tem 25 mil seguidores no Instagram e 960 mil seguidores no TikTok. Existem outras diferenças, como as formas de pagamento, por aplicativos, moedas digitais, parcerias, entre outras. “Outra diferença é que na maioria das vezes, as empresas chegam

na gente. Eu tenho o conteúdo, a empresa vê e entra em contato pra trabalhar comigo”, completa.

A internet também é uma forma de pessoas que sempre sonharam em trabalhar com cinema ou televisão conseguirem uma oportunidade de entrar nesse disputado mercado de trabalho. Luan diz que sempre quis ser ator, ficava se imaginando nos filmes, mas sempre foi muito tímido. Porém, com a popularização da internet e aplicativos em geral, começou a ver nisso uma forma de fazer o que eu gostava, que é atuar e gravar vídeos de comédia e curtas metragens. Ele conta que isso o ajudou muito a perder a timidez e se soltar. “A internet deu uma oportunidade de fazer o que queria, gravar filmes, mas de um modo um pouquinho diferente”.

# Protagonistas do Espetáculo

Um dos trabalhos mais famosos do Brasil não é considerado profissão

## Kevin Fernandes

O Brasil se autopromove o país do Futebol. Grandes estrelas do esporte mais praticado no mundo nasceram e cresceram nos campos desses vastos 8.511.000 km<sup>2</sup> de área. Pelé, Marta, Ronaldo, Romário, Cristiane, alguns dos quais tornaram-se ícones e arrastam milhares de fãs mundialmente. No entanto, no meio desse cenário tão rico, alguns agentes importantes do meio vivem uma situação completamente oposta. A arbitragem é um dos pontos mais sensíveis do jogo, alvo de críticas por todas as partes e muitas vezes de ofensas e ameaças.

A trajetória de Gabriela Borges, uma jovem de 21 anos que tem amor pelo futebol e encontrou na arbitragem a forma de viver diariamente sua paixão, mostra que o caminho para o grande palco em nada é glamuroso pra quem quer atuar no futebol. Para alcançar a federação do Rio de Janeiro é necessário fazer um curso de arbitragem e aplicar uma prova escrita. Esse processo dura oito meses e após acontecem os testes físicos que são renovados a cada seis meses. A preparação para o trabalho é intensa, requer disciplina e muita atividade física. “A semana inteira eu acordo cedo. Tenho que manter o preparo de atleta, estudar as regras, mesmo trabalhando e estudando todos os dias”, conta.

A árbitra auxiliar se dedica a dieta e a horas de academia diariamente



Gabriela Borges atua como auxiliar em partida do Carioca sub-15 entre Fluminense x São Cristóvão

em busca de estar sempre em seu melhor nível físico para se posicionar bem nas jogadas. Mesmo assim ela conta que a rotina não é fácil.

Por não ser considerada uma profissão, Gabriela depende semanalmente da escala de jogos na FERJ de onde tira sua renda, mas existe a possibilidade de não ser escalada para trabalhar ao fim de semana. O pagamento da Federação é condicionado aos jogos trabalhados, portanto a incerteza é um

**Por ser mulher não posso cometer nenhum erro. Até quando eu acerto, me xingam das piores coisas possíveis. É doloroso. Mas amo o que faço**

das grandes preocupações de jovens que querem seguir na carreira. Por causa disso, Gabriela divide seu tempo com a graduação em Educação Física, o trabalho de estagiária em uma academia, as atividades físicas e o estudo do futebol.

A jovem recebe por mês em média de R\$ 800,00 bruto da Federação para arbitrar aos jogos. No entanto, parte desse dinheiro é utilizada na gasolina para se deslocar até o local das partidas. “Como

estou no meu segundo ano na FERJ costumo pegar torneios menores como o Guilherme Embry. Normalmente os jogos acontecem em Austin, Campo Grande, já fiz jogo até em Rio das Ostras.”

Sua rotina em dias de jogos é exaustiva. Segundo regra da Federação, a equipe de arbitragem precisa chegar duas horas antes da partida, em partidas distantes às vezes sai de casa cinco horas antes do horário marcado. Além disso, é necessário buscar a súmula da FERJ e levá-la ao jogo. Antes da partida a equipe de arbitragem deve inspecionar as condições do campo. Em alguns lugares, Gabriela já se deparou com campos sem marcações e bandeiras de escanteio. No entanto, a pior situação é da infraestrutura: muitos estádios têm vestiários em péssimas condições, alguns nem os possuem.

Além disso, o futebol é um esporte em que a arbitragem é alvo de ofensas e agressões por todas as partes. As agressões muitas vezes envolvem ofensas machistas e homofóbicas.

Como mulher, o futebol é ainda mais agressivo e não existe nada que resguarde a arbitragem. Gabriela claramente não gosta de falar sobre o assunto, mas relata que em um jogo a agressão verbal foi tão intensa que chorou em sua volta pra casa. “Por ser mulher não posso cometer nenhum erro, nada. Até quando eu acerto me xingam das piores coisas possíveis. É doloroso, mas amo o que faço”, diz.

# O poder dos digital influencers

Influenciadores digitais são a nova aposta das marcas para divulgação de produtos

Por Leticia Santiago

O Brasil está em terceiro lugar do mundo no tempo de uso de internet diário: são 9 horas e 14 minutos. Entre os fenômenos gerados pelas redes sociais, um chama a atenção pela lucratividade: o dos influenciadores digitais.

A profissão que surgiu em 2015 nos Estados Unidos, segundo o site Conversion, e se popularizou no Brasil pouco depois. Os influenciadores digitais são personalidades que utilizam uma rede social para expressar opiniões ou ideias, escritas, visuais, ou em formato de vídeos.

Pedro Marinho Neto, pós-graduado em Comunicação, Marketing Digital e também influencer, acredita que o diferencial de um influenciador para uma marca é a proximidade que ele pode ter com o seu público. Segundo ele, seu papel é conversar com o público, de maneira objetiva e transparente. “O influenciador cria um público de identidade de comunicação mais próxima, que só se tornou possível graças à internet. Por isso, influenciadores são capazes de

sugestionar a uma comunidade inteira que compre determinada marca. Imagine que um youtuber com cinco milhões de seguidores resolva indicar serviço ou produto ‘A’ ao invés de ‘B’”, questiona.

O comunicador coleciona até o momento mais de 120 mil seguidores na sua principal rede social, Instagram. Pedro usa da sua influência para ajudar outras pessoas a se tornarem influenciadores.



Atualmente, Pedro Marinho Neto tem mais de 120 mil seguidores no Instagram e dá dicas de como se tornar um digital influencer

As principais redes sociais são hoje o Youtube, Instagram e Facebook, segundo o site Statista. O que essas plataformas têm em comum é a proximidade do gerador de conteúdo ao seu interlocutor e é disso que os influenciadores se valem. Opiniões sobre filmes, resenhas de produtos, disseminação de um estilo de vida, entre muitos outros são os temas que podem ser abordados em cada um dos

“Influenciadores são capazes de sugestionar a uma comunidade inteira que compre determinada marca”

Pedro Marinho

perfis de influencers, que, cada vez mais, procuram explorar nichos ainda mais específicos.

Janeffer Moraes, de 25 anos, é atriz, mas também pode ser encontrada pelo user @janeffermoraes, com mais de 23 mil seguidores no Instagram. A jovem, que faz pequenos trabalhos em atuação, viu no Instagram uma oportunidade de divulgar seu trabalho e acabou conquistando um público

co assíduo em suas redes. Com isso, Janeffer recebe propostas de marcas para divulgação de campanhas e propagandas de produtos.

A atriz e influenciadora conta que é nova no ramo, tem menos de um ano de atividade como influencer enquanto profissão. A ideia veio de amigos que diziam que ela tinha desenvolvido uma oportunidade de conversar com o público. “Sempre recebia algumas mensagens dizen-

Reprodução / Instagram

do que eu tinha cara pra isso ou para aquilo, minhas amigas diziam que eu tinha que ter um canal no YouTube, ou que meus stories eram legais que eu deveria mostrar mais coisas, tanto do que eu faço, como o que eu uso. Então foi aí que comecei a me envolver mais e procurei ajuda de pessoas que trabalham com isso pra me dar uma força”, conta.

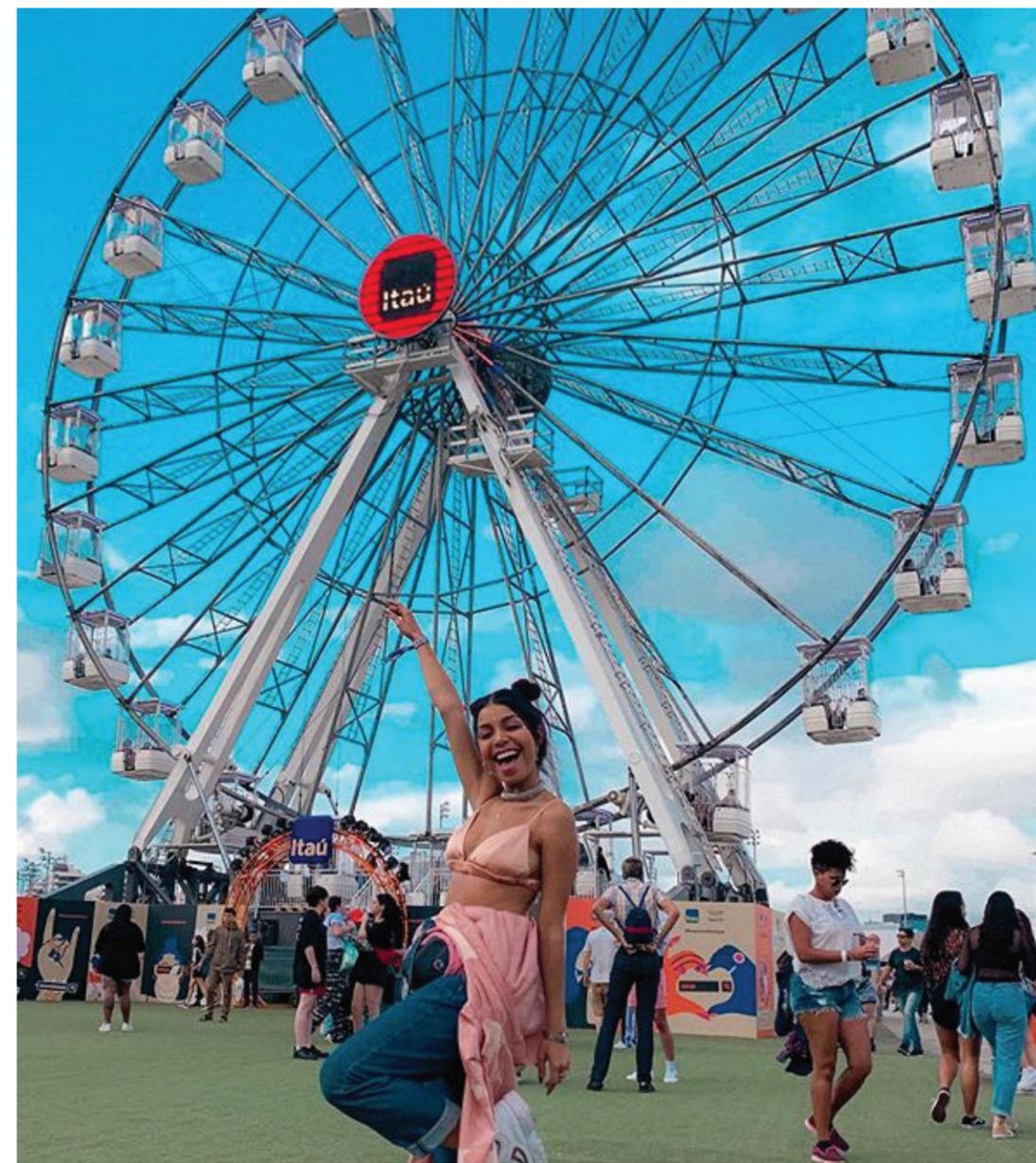
Sobre o retorno financeiro, Janeffer afirma que

“Eu não entendia muito bem como isso poderia me render um benefício financeiro.”  
Janeffer Moraes

existem diferentes formas de receber pelo conteúdo postado. Ela explica que nem sempre recebe em capital, mas muitas vezes em permutas, ou seja: em troca do post, a marca oferece a ela um serviço exclusivo.

“Eu mando mensagens para marcas que têm a ver comigo e com meu instagram, e, principalmente, com o que eu acredito e tenho tido resultados positivos. Dentro das parcerias como influencer elas podem ser feitas de duas maneiras: permuta (ganhar o produto e fazer propaganda) ou pago mensalmente ou por post, aí vai de acordo com o que a empresa acertar com você.”

A influencer chega a ganhar 5 mil reais por campanha produzida. Entre as empresas com as quais esteve, estão a marca de bebidas Cosechas e a marca americana de cosméticos Muddy, que já chegou a le-



A digital influencer Janeffer Moraes esteve presente na edição deste ano no festival de música Rock in Rio, realizado em outubro

var a atriz para conhecer a sede da empresa sede em Orlando.

Apesar disso, Janeffer, que também atua como hostess, ainda não teve a oportunidade de trabalhar apenas com a atuação, que é seu grande sonho, mas vê hoje no ramo de influencer uma grande chance de crescimento na carreira.

Sobre a confiabilidade do público com os influenciadores, os con-

“Eu sempre recebia algumas mensagens dizendo que eu tinha cara pra isso ou para aquilo”

Janeffer Moraes

sumidores estão mais propensos a comprar os produtos recomendados pelas pessoas que eles gostam e acompanham. Em pesquisa com 700 pessoas, o Instituto QualiBest revelou que 49% dos consumidores confiam em influenciadores digitais para tomar a decisão de compra, perdendo somente para amigos e parentes.

Ao mesmo tempo que as marcas querem atingir

a maior variedade possível de públicos, o público exige das marcas um serviço privilegiado.

Hoje, nada menos do que 92% dos profissionais da área de Marketing citam o Instagram como a rede social mais importante para alavancar estratégias publicitárias, segundo estudo mais recente realizado pela Linqia, plataforma internacional especializada em marketing de resultados.

Reprodução / Instagram

# A menor polícia do mundo

Lucio enfrenta embróglio jurídico após privatização da Rede Ferroviária

Mateus Wagner

Imagine que você acabou de completar três anos de aposentadoria, quando de repente, o telefone toca e te chamam de volta para o trabalho. É nessa situação que se encontrava Lucio Borges, Policial Ferroviário que estava aposentado desde 2009. “Não esperava que fosse receber um chamado tão inusitado: o de voltar a trabalhar. Eu estava em casa quando o telefone toca e um amigo meu avisa para eu ir até o Centro, no Tribunal Regional do Trabalho, para assinar uns papéis e sair da aposentadoria. Não entendi nada”.

Tudo mudou por conta de um processo que os policiais ferroviários ganharam, em agosto de 2012, contra a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). A Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que geria o transporte ferroviário, passou por um processo de cisão em 1984 (operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades) e transferiu a gestão dos serviços de trens urbanos para a CBTU, que uma década depois passou para a Companhia Fluminense de Trens Urbanos (Flumitrens) atuando até hoje no Estado do Rio de Janeiro como Concessão Supervia. Em 1994, quando o serviço já estava “nas mãos” da Flumitrens, foi realizado também o deslocamento dos PFFs (que atuavam como agentes de segurança) para essa mesma empresa.

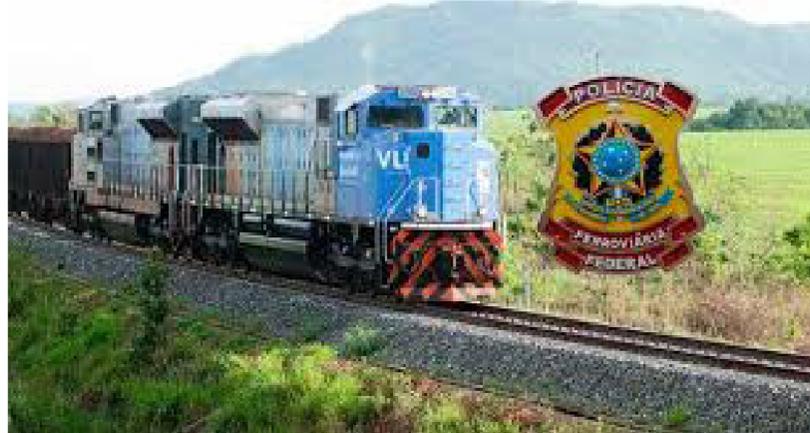
O problema todo é que essa transferência foi irregular já que a lei utilizada previa somente a transferência de adminis-

tração dos transportes e não do pessoal. Por ordem do Ministério Público do Trabalho a CBTU deveria reintegrar todos os policiais ferroviários federais que trabalharam entre 1983 e 1994. “Eu tava nesse bolo”, diz LUCIO, rindo.

Com o acordo feito, bastava apenas uma coisa para Lucio: sair do Rio de Janeiro. “A CBTU só opera em Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal e Recife. Escolhi o lugar mais perto do Rio que tinha e fui para Belo Horizonte.”

Criada na época do império, em 26 de junho de 1862, a Polícia Ferroviária Federal (PFF) foi a primeira corporação policial especializada do país. Mesmo presente na Constituição Federal (Artigo 144) poucas pessoas sabem de sua existência. E até outros policiais federais que a conhecem, acabam não considerando como uma polícia federal de fato.

“Se você pesquisar no Google ‘menor polícia do mundo’ o resultado vai ser: Polícia Ferroviária Federal”, diz Lucio a respeito do efetivo de 3,2 mil homens



A Rede Ferroviária passou pelo processo de privatização em 1996, afetando os funcionários públicos

que se reduziu para 780, em 1996. “A privatização das ferrovias no governo FHC é um fator importante nesse



## Trabalho ou terror?

“Com mais de 20 anos de trabalho, ainda mais com o que eu trabalho, não tem como não ter visto e vivido cada coisa... Teve uma vez que me marcou muito”, disse Lucio, com um ar menos brincalhão. “Eu tinha recebido uma ocorrência que alguém tinha caído do trem. Até aí normal porque muitos garotos faziam aquele ‘surf’ e acabavam caindo e morriam ali mesmo. Já imaginava que ia ter que tirar o corpo e pedi para um colega ir comigo. Quando chegamos ao local nos deparamos com o corpo do rapaz estirado na linha do trem, ele caiu com a cintura exatamente na linha. Vimos se ele tinha carteira, documento, e falei para o meu amigo pegar ele pelos pés que eu pegava os braços. Assim que levantamos, cada metade foi para um lado, como se estivéssemos brincando de cabo de guerra. A parte de cima para mim e a parte de baixo para o outro policial. Aquele dia eu passei muito mal.”

título de ‘menor do mundo’ já que milhares de amigos meus foram mandados embora”.

Esse processo não é algo tão simples de entender. Começando pelo fato de que o presidente da república do ano de 1996, Fernando Henrique Cardoso, realizou uma série de privatizações no país, desde empresas de telefonia, até a Vale do Rio Doce, principal mineradora do país.

Um setor que acabou sendo afetado foi a RFFSA, na qual muitos PFFs atuavam. Esse fato fez com que a polícia especializada praticamente “desaparecesse”. “A gente existe, mas desde aquela época, somos tratados como agentes de segurança ferroviários. Nós somos policiais e é assim que queremos ser vistos”.

A Rede até então era uma sociedade de economia mista (quando há colaboração entre o Estado e o setor privado, mas o primeiro tem que ter ações maiores que 50%, diferente de empresas públicas na qual o Estado tem 100%) integrante do governo federal, vinculada ao Ministério dos Transportes, e é aí que tudo fica ainda mais complicado

de compreender.

Por conta da empresa estar vinculada ao Ministério dos Transportes, a Polícia Ferroviária acabou sendo ligada à pasta de Transportes (hoje sendo Ministério da Infraestrutura), quando deveria estar no Ministério da Justiça (atual Ministério da Justiça e Segurança Pública), como todas as outras polícias. “Por causa de uma besteira lá atrás, até hoje pagamos esse pato”.

Hoje esses policiais exercem funções para a qual eles, de início, não tinham que fazer, mas justamente pelo descaso de políticos, ficam sem alternativa. Alguns atuam como seguranças nas cidades que a CBTU opera, outros, como Lucio, estão espalhados por instituições federais. “Eu hoje estou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no campus de Nova Iguaçu, mas já tem uma lista rolando e alguns vão (eu estou incluso) para o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) de Pinheiral. A gente vai para o lugar que é chamado, infelizmente. Continuamos ganhando como policiais, com todos os direitos, mas queríamos ser reconhecidos como tal.”

Fotos Mateus Wagner

# À espera de um concurso

Em meio a escassez de processos, concurseiros buscam alternativas

Matheus Meyohas

São seis horas da manhã. O despertador toca e Bruno Oliveira, 31, se levanta: vai começar mais um dia de uma rotina que não tem data para acabar. Morador de Del Castilho, ele tem mais um dia longo de estudos pela frente. É a vida dos que as pessoas costumam chamar de “concurseiro”: aqueles que se dedicam a tentar uma vaga em concurso público.

Em junho deste ano, Jair Bolsonaro confirmou o que muitos concurseiros temiam. “Dificilmente teremos concursos nos próximos poucos anos”, afirmou o presidente da república. A declaração vem no embalo de uma série de ações visando conter os gastos do Estado e diminuir ainda mais a esperança de pessoas como Bruno.

Diante deste cenário, o advogado mostra uma clara falta de esperança ao falar sobre o seu futuro na carreira que escolheu. “Fazer o quê, né? O que a gente pode fazer é estudar, se preparar, ficar atento, sonhar (risos)... Infelizmente, esse é o caminho que as pessoas escolheram e esse quadro só deve piorar”, disse.

“É desestimulante estudar por quase 10 horas por dia sem ter a certeza de que vai haver concurso”  
Thaís, advogada



Apesar de uma rotina estressante de estudos, aluno sofre com falta de concursos públicos no novo governo federal (Foto: Divulgação)

Formado, Bruno não tem tempo nem dinheiro para esperar tanto pelo concurso de defensor público. Por isso, tem recorrido a uma opção comum entre muitos brasileiros: o mercado informal. Nos últimos três meses, ele tem passado tardes e noites trabalhando como motorista de aplicativo pelas ruas do Rio de Janeiro.

Ao todo, são quase 14 horas diárias dedicadas a uma rotina que inclui estudo, trabalho e uma correria que parece sem fim para ele. “A gente sempre tem que dar um jeito, parado é que não pode ficar. Mas desanima muito, não posso negar”, contou.

Mais nova do que Bruno, Thaís Muniz passa por situação parecida. Aos 24 anos, a moradora de Nova Friburgo quer ser delegada civil. A vaga só está disponível para candidatos que tenham pelo menos três anos de prática jurídica. Ela se formou no fim de 2018 e ainda acumula a experiência necessária para concorrer ao cargo.

No cenário ideal, ela pode se candidatar no início de 2022. Mas enquanto se prepara, ela vê as chances dessa vaga realmente existir diminuírem gradativamente.

“É desestimulante estudar por quase 10 horas por dia sem ter a certeza de que vai haver concurso próximo”, disse a jovem carioca.

Como sempre pensou em fazer concurso público, Thaís temia que a eleição de Jair Bolsonaro pudesse prejudicar seus planos. Este foi, segundo ela, um dos motivos pelos quais não optou pelo candidato nas eleições do ano passado. A opção, no entanto, não foi a mesma que vários de seus colegas concurseiros, que agora parecem arrependidos do próprio voto.

“Jamais votaria nele, por outros motivos, mas isso também influenciou minha oposição. Só que, aparentemente, não foi uma preocupação de todos os concurseiros que conheço. Muitos que fizeram faculdade comigo, apoiaram a candidatura dele e agora reclamam

da ausência de concursos e da falta de previsão de realização”, disse Thaís.

A vaga de jornalista em cargos públicos é menos convencional do que a de delegada. Mas foi a grande ambição de Marília Reis por muito tempo. Desde pequena, ela tinha no seu tio, Marco, um exemplo e tanto. Ele é jornalista concursado e trabalha na agência de notícias do Senado Federal.

O sonho de ser jornalista se uniu ao espelho que tinha dentro da própria família e Marília tinha uma certeza: queria trabalhar em uma agência de notícias pública. Diante da instabilidade no mercado de jornalistas, então, era uma ideia perfeita. Formada há cinco anos, ela esperou pela oportunidade certa.

“Eu já sabia que era difícil, e o mercado do jornalismo não nos permite ser muito seletivo. Enquanto esperava pela chance, fui pulando de emprego em emprego, tentando me encaixar em algum lugar”, lembrou Marília.

alguns concursos, mas não conseguiu a vaga. Diante da falta de oportunidades e de concursos, ela já vislumbra um futuro diferente. Afinal, a vida segue. Mesmo que não seja como se imagina.

Para Marília, a carreira no jornalismo se transformou em desilusão e acabou abrindo portas para outros caminhos. Atualmente, a carioca de 28 anos divide sua rotina entre o trabalho e o estudo para uma nova carreira. Ao mesmo tempo em que estuda administração em uma faculdade particular, trabalha como atendente em uma rede de telemarketing sediada em Madureira, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

“É uma nova realidade e preciso me adaptar. Mas isso não me atinge. Desde cedo, aprendi a levar tudo na vida com um sorriso no rosto. O jornalismo e os concursos para mim já estão no passado. Estou descobrindo um novo rumo para minha vida e creio que agora as coisas vão dar certo”, comentou.

# Trabalho infantil

Quase 1 milhão de crianças e adolescentes trabalham no Brasil para não morrer de fome



Reprodução / Internet

Mesmo sob o risco de se machucarem, muitas crianças catam latinhas de metal para vender; a maioria vive nas periferias das grandes metrópoles

## Ana Beatriz Cacela

No Brasil, 998 mil crianças têm de trabalhar. Apesar de ajudarem a família a não passar fome, essas crianças têm um vazio muito maior: o deixado pela ausência da infância, trocada pelo trabalho informal. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhavam no Brasil naquele ano. Deste total, 54,4% (998 mil) estavam em situação de trabalho infantil, sendo 190 mil na faixa etária de 5 a 13 anos, e outros 808 mil entre 14 e 17 anos trabalhando sem registro na carteira.

Um deles é Jorge (cujo

sobrenome não será revelado para preservar a identidade do adolescente), de 13 anos, que mora em Campo Grande, mas trabalha próximo à rodoviária Novo Rio, em Santo Cristo. Ele conta que o pai está preso e a mãe não tem dinheiro para sustentar ele e o irmão mais novo, de 11 anos. Vestido com roupas rasgadas e sujas, ele relata que teve que largar a escola para vender balas no semáforo e ajudar a colocar comida na mesa. “Às vezes eu durmo na rua e minha mãe não se importa; ela nem sabe onde eu estou, mas usa meu dinheiro quando eu apareço em casa”, desabafa.

No Rio de Janeiro, não é incomum ver um pequeno vendendo artigos como balas ou objetos. Principalmente no Centro da cidade,

essas crianças andam descalças, com roupas rasgadas e, no horário que deveriam estar na escola, seguram caixas de doces, chamando os passantes de “tio” ou “tia”. O cenário é de cortar o coração, mas, infelizmente, é reflexo da desigualdade social no Brasil. O país assumiu o compromisso de erradicar o trabalho infantil até 2025.

“Às vezes eu durmo na rua e minha mãe não se importa; ela nem sabe onde eu estou”  
Jorge, 13 anos

Jefferson Araújo é funcionário público e trabalha no Centro do Rio há 10 anos. Ele conta que sempre viu muitas crianças trabalhando ou pedindo dinheiro nas ruas, “mas de uns tempos para cá, coisa de 4 nos, isso se agravou”, observa. Cristina Latter, antropóloga e educadora de Ensino Infantil, explica que o trabalho pode se tornar um trauma na vida de uma criança. “É difícil para um menino ou uma menina de 6, 7 anos ter que trabalhar e deixar de usar esse tempo para brincar ou estudar. A criança ainda está desenvolvendo seu comportamento, sua personalidade e isso ela deveria desenvolver brincando, em contato com outras crianças, na escola e com a família”, aponta Latter. Ela ainda ressalta que,

no trabalho nas ruas ou com adultos desconhecidos, a criança ainda fica exposta a possíveis abusos.

De acordo com o Sistema de Informações de Agravos e Notificações (Sinan), do Ministério da Saúde, foram registrados 43.777 acidentes de trabalho com crianças e adolescentes entre 2007 e 2018. Desse total, 662 perderam uma das mãos trabalhando. Isso acontece porque, geralmente, esse trabalho é repetitivo e exige muito esforço, já que o jovem, muitas vezes, passa horas exposto ao sol ou à chuva, andando pelas ruas ou fazendo outro tipo de atividade que, naturalmente, não deveria estar fazendo.

O fato de a sociedade valorizar muito o trabalho, achando que isso é melhor para um menor de idade do

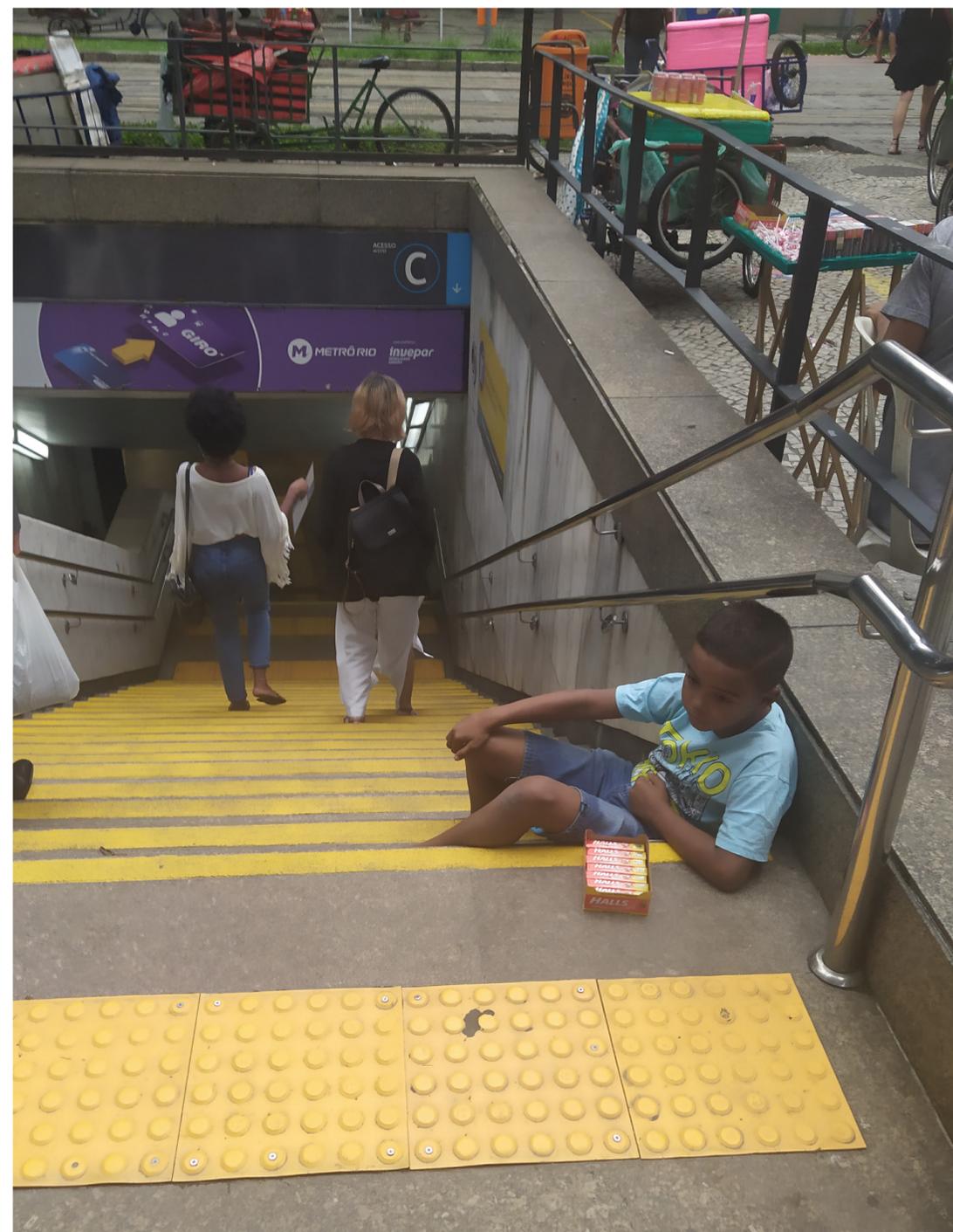
que ficar ocioso por conta do risco de ele entrar para o crime, colabora para a exploração do trabalho infantil. Um exemplo desse tipo de pensamento é o taxista Francisco Oliveira, 67 anos. Ele trabalha desde os 7 anos, época em que vendia balões em Belém do Pará, sua cidade natal. “Trabalhar foi muito importante porque, naquela época, evitou que eu ficasse pela rua e virasse bandido. Minha família sempre foi muito pobre e eu ajudava a colocar comida na mesa desde cedo”, lembra. No entanto, Oliveira estudou apenas até concluir o Ensino Fundamental, sem oportunidade de ir além, como ele mesmo ressalta. Somado a isso, estão os problemas emocionais que ele tem, os quais, segundo ele, são reflexo da infância roubada.

Caminhando próximo ao metrô da Cinelândia, Wander (cujo sobrenome não

“Trabalhar foi muito importante porque, naquela época, evitou que eu ficasse pela rua e virasse bandido”

Francisco Oliveira

será revelado para preservar a identidade da criança), 5 anos, revela que trabalha vendendo balas “para ter uma festa de aniversário, com doces, bolo, pipoca e pula-pula”. Ele anda com um carrinho em miniatura em uma das mãos e uma caixa de bala em outra. Ele conta que estuda em uma es-



Exposto ao sol e à chuva, menino vende balas no Centro do Rio de Janeiro, como milhares de outras crianças da cidade

cola perto de onde mora, em Realengo A mãe do garoto é pedinte e tem mais um filho. Ela tem 17 anos e está fora da escola. Os dados levantados pelo PNAD revelam que, em média, 81,4% das crianças de 5 a 17 anos que trabalhavam estavam es-

tudando. O trabalho tende a interferir mais na escolarização das crianças mais velhas: 98,4% das ocupadas de 5 a 13 anos estavam na escola, contra 98,6% das não ocupadas. Enquanto isso, entre os adolescentes de 14 a 17 anos ocupados,

79,5% estudavam, contra 86,1% dos não ocupados. Trabalho infantil ainda não é crime no Brasil, mas já existem projetos de lei de criminalização. De qualquer forma, não pode ser incentivado. Não com- pre nada de uma criança.

Denuncie o trabalho infantil discando 100, de forma anônima e gratuita. Existem outros meios de ajudar uma criança carente, mas, para isso, não é necessário incentivar que ela trabalhe, pois, assim, a infância dela será perdida.

# Chefiados pelos algoritmos

A rotina de trabalho de quem entrega comida através de aplicativos

Nathália Braga

Aos 42 anos, as mãos de Diego Farias estão cheias de calos e feridas. É isso o que acontece quando seu trabalho é pilotar uma moto das 7h da manhã à meia noite. Em 2019, Diego Farias completou duas décadas de trabalho como motoboy no Rio de Janeiro. Neste tempo, o caderno preenchido com os contatos da clienteixa foi substituído pelos aplicativos de delivery. Trabalhar como entregador no Ifood, Rappi ou Uber Eats já é a realidade de 372 mil brasileiros, entre motos e bicicletas.

João Augusto foi a segunda pessoa do Rio de Janeiro a ser habilitada na modalidade ciclista, há dois anos. Na época, ele tinha 21 anos e estava desempregado após trabalhar como designer. Porém, Augusto tinha uma bicicleta ociosa no quintal de casa, na Zona Norte. Hoje, aos 23 anos, ele conseguiu financiar uma moto e acumula três empregos: atua como entregador freelancer em um restaurante da Zona Sul, faz entregas noturnas por aplicativos e, aos fins de semana, se apresenta como DJ. Acompanhei a rotina de entregas do João durante o horário de almoço. Ao chegarmos em Botafogo, não houve tempo de estacionar a moto — o aplicativo já anunciava o primeiro pedido.

Embora entregadores só possam cuidar de um pedido por vez, Alex\*, um dos entrevistados, assumiu que mantém diferentes aplicativos ligados simultaneamente. “Rodo em três aplicativos. Se no meio de uma



Da bicicleta à própria moto: o motoboy João Augusto (23) trabalha no Ifood há dois anos e também é freelancer em um restaurante

entrega tocar uma chamada, eu pego. O ruim é que a comida vai perdendo a qualidade”. O Sindicato de Motociclistas (Sindmoto - RJ) explica o motivo da estratégia: Na Loggi — um dos aplicativos de delivery — houve deflação. No início, ofereciam R\$26 a cada 4km. Depois, baixaram para R\$18, R\$14 e agora já são 12 reais. É um valor baixíssimo, mas todos os clientes estão por lá.

As plataformas costumavam oferecer um bônus aos entregadores que cumprissem a meta de entregas por hora. Incentivar motociclistas a ultrapassar velocidades ou descumprir as regras de trânsito é uma

prática ilegal, o que levou o Ministério Público do Trabalho de São Paulo a condenar os aplicativos. Agora a oferta de ganho extra é determinada por regiões, horários de pico ou tempo chuvoso. A tática de acirrar a disputa pelos pagamentos é nomeada por especialistas como “gamificação”, afinal remete a um jogo. E, para lucrar, alguns ciclistas alteraram a configuração do GPS para o modo de pedestres. Desta forma a rota diminui e, consequentemente, eles circulam pela contramão.

Os lucros dos aplicativos ‘competem’ com o custo de manutenção do trabalho autônomo. Um motociclista como João Augusto,

por exemplo, gasta quase R\$100 semanalmente com combustível, óleo e plano de internet móvel. Capa impermeável para o celular, carregador portátil, roupas de chuva e máquina de pagamento no cartão também são outros investimentos necessários na profissão. Por isso, não são raras as ocasiões em que entregadores se endividam à espera do pagamento semanal. No meio da jornada, existem reparos como substituição dos pneus, farol ou até mesmo pequenos acidentes.

Poucas horas de trabalho na garupa de João já me fizeram sentir dor nos ombros. Pensando nos efeitos futuros dessa rotina, o

Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais entrou com uma ação sobre os danos que as mochilas térmicas podem causar. O Ifood, a Uber Eats e a Rappi realizam campanhas de distribuição gratuita das mochilas aos entregadores credenciados. O equipamento é estampado com a logomarca do aplicativo e há competição entre as empresas do mercado. “Só pode trocar quem usa mochila da marca concorrente”, explica o motoboy Thiago.

Manter uma boa reputação é um dos cuidados que os entregadores precisam adotar. Atrasos, recusa de corridas e falhas de comunicação com os restaurantes

ou clientes podem resultar em banimento permanente dos aplicativos, afinal o CPF do entregador fica salvo. O promotor Rodrigo Carelli, do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, considera a situação grave: “Se você é excluído de uma dessas grandes plataformas, automaticamente perdeu 1/3 desse mercado de trabalho. Os clientes estão concentrados nelas, então é mais grave que a demissão em uma empresa comum”. Em grupos de internet, pessoas alugam suas contas — que são pessoais e intransferíveis — do Ifood a entregadores que já foram expulsos pelo sistema.

Quando são pressionadas sobre o reconhecimento do vínculo empregatício, os aplicativos argumentam que são apenas plataformas que conectam pessoas. Além disso, afirmam que os entregadores cadastrados são empreendedores, com autonomia para definir as condições do próprio trabalho, inclusive seus ganhos. “Eu chego dez horas da manhã e sigo até 5 da tarde, de segunda a sexta. Fiz oito entregas ontem. Hoje, —

Leandro exibiu o próprio relógio, que marcava 14h37 — duas entregas. Estou aqui, ativo o tempo todo. Não parei nem pra comer”. Ter o próprio esforço como fator principal para prosperar é um assunto que divide os entregadores.

Além de contar com algoritmos, as empresas atualizaram suas práticas. “A gente fala assim, entre os motoboys”, diz Diego, “Dá pra trabalhar aí? Já tem um chicote?”. Na Rappi, clientes podem solicitar que os entregadores façam compras com vários itens e pagamento em dinheiro. Caso o valor seja alto, o valor é temporariamente debitado da remuneração do motoboy. Para desfazer o



Em outubro de 2019, o Ifood anunciou o oferecimento de um seguro de vida para os entregadores

saldo negativo, é necessário que o entregador deposite o dinheiro que recebeu na entrega. Até lá, pode ser impedido de aceitar corridas. Assim nasceu o apelido. Já o Ifood agora possui os Operadores Logísticos, que

são pessoas com horário de trabalho fixo e responsáveis por fiscalizar o trabalho dos demais colegas — os entregadores.

Diego Farias e Rodrigo Carelli concordam sobre as referências escravocratas

## Jovens, negros e desempregados: perfil dos entregadores

“Antes era eu que seguia a casa inteira, imagina? Foram nove anos assim! A cabeça do cara até quebra”, desabafa Leandro. “Você vê o seu padrão caindo. Era só a minha esposa bancando em casa. Comecei a ver as alternativas e o aplicativo está me ajudando”. Leandro criou um canal no Youtube para compartilhar a rotina de motoboy. Em parceria com a ONG paulista Aliança Bike, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) traçou o perfil dos entregadores. Cerca de 95% é do sexo masculino, tem entre 18 e 22 anos, completou o ensino médio e trabalha em média 10h diárias — inclusive aos fins de

semana — para receber em torno de R\$992. Negros são a maioria.

Apesar de jovens, alguns efeitos da rotina de trabalho já podem ser sentidos. Durante uma das entregas com João, avistamos um homem deitado no banco de uma praça. Sua bicicleta estava recostada e a mochila térmica ficou no chão. “Esse é o ponto em que todo entregador chega (risos). É muito cansaço físico e mental”, comenta João. Sentir câimbras durante as corridas é algo cotidiano. “A bicicleta (alugada) até ajuda, mas não é confortável. Eu já fiquei assado de tanto estar sentado”, revela Vitor Leonardo (22).

“Você já tem um ‘chicote’ aí? É a gíria que nós, motoboys, usamos.”  
Diego Farias

estimar quantos quilômetros percorre diariamente. São cerca de 12h de trabalho, todos os dias.

Motociclistas não podem estacionar em calçadas. O centro do Rio é uma das regiões onde a procura pelo Ifood é grande, com direito a tarifas promocionais para entregadores. João recebeu um pedido, mas quando chegou ao prédio da clienteixa percebeu que as chances de ter a moto rebocada eram grandes. Através do aplicativo, telefonou para a clienteixa e perguntou se ela poderia buscar a comida na recepção. Ela disse “Se eu descer, vou ser demitida. Se vira pra estacionar!”, conta João, “Outro entregador me ajudou e eu subi para entregar. Chegando lá, falei que esse é o nosso único meio de trabalho”.

### Duas pessoas em uma moto

Escolher a região de trabalho é uma tarefa importante para os motoboys do Rio. Em nome da segurança, alguns entregadores decidem trabalhar em dupla. “Algumas áreas do subúrbio e da Baixada são muito perigosas. Você estaciona, faz a entrega, e quando volta a moto sumiu. Às vezes a moto ainda nem está paga. Então, uma pessoa leva a comida ao cliente e a outra cuida”, relata Farias.

Guilherme optou por pagar R\$20 mensais no aluguel oferecido por um aplicativo. “Se alguém roubar a bike, é só registrar a ocorrência na polícia e notificar a empresa. Imagina se eu parasse de trabalhar?”. Embora (sua) única fonte de renda seja delivery, Guilherme não soube

Dois meses após essa conversa com João, um entregador chegou para retirar um pedido do ifood em um restaurante, em São João de Meriti. Ele vestia um casaco de moletom preto e, assim que estacionou a moto e retirou o capacete, o substituiu por um boné. As estampas do boné e do casaco combinavam: o desenho de um capacete sobre dois ossos — tal qual o símbolo de uma caveira — ilustrava os dizeres “Motoboy: profissão perigo”. Um adesivo com estampa semelhante estava colado na frente da motocicleta. Ele recebeu duas quentinhas, colocou na mochila térmica e saiu para as entregas em meio ao tempo chuvoso.